



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 071

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

DIÁRIO Nº 071**SUMÁRIOS****70ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO****Mesa Executiva..... 03****Presenças..... 03****Abertura da Sessão..... 03****Expediente:**

Mensagens 03

Ofícios..... 15

Indicações 15

Requerimentos 16

Projetos de Lei 22

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 22

Dep. Antonio Belinati 23

Dep. Elio Rusch 25

Dep. Rosane Ferreira 28

Dep. Rafael Greca 29

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 29

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 24

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 33

Discussão/Votação

Redação Final 34

2ª Discussão 34

1ª Discussão 38

Requerimentos 44

Encerramento da Sessão..... 44**4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO****Mesa Executiva.....45****Presenças.....45****Abertura da Sessão45****Expediente:**

Requerimentos45

Projetos de Lei45

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente46

Discussão/Votação

Redação Final46

3ª Discussão46

2ª Discussão46

1ª Discussão46

Requerimentos48

Encerramento da Sessão48**5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO****Mesa Executiva.....49****Presenças.....49****Abertura da Sessão49****Ordem do Dia:**

Discussão/Votação

Redação Final49

2ª Discussão50

Encerramento da Sessão50

DIÁRIO Nº 071

70ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Durval Amaral, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Chico Noroeste.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, e Wilson Quinteiro (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Enio Verri, Fábio Camargo e Waldyr Pugliesi (07).

Ausentes com justificativa o Sr. Deputado Artagão Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 054/10

Curitiba, em 06/06/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná - PMPR, conforme especifica e adota outras providências.

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Paraná, instituição sesquicentenária, responsável pela preservação da ordem pública, está estruturada em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Os órgãos de direção exercem o comando e a administração da Corporação, enquanto os de apoio efetuam as atividades-meio, atendendo as necessidades de pessoal e logística e os órgãos de execução constituídos pelas unidades operacionais, realizam a atividade-fim, ou seja, ações e operações de polícia ostensiva, busca, salvamento e combate a incêndios.

Ocorre que a estrutura vigente da PMPR é ditada pela Lei nº 6774/76 (Lei de Organização Básica da PMPR - LOB), criada com supedâneo no Decreto-lei nº 667, de 02/07/69, que reorganizou as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal.

Desde o ano de sua edição a LOB sofreu diversas alterações, sem no entanto alterar-se seu substrato, ficando, por conseguinte, desatualizada à realidade da Polícia Militar do Paraná e dos reclamos da sociedade, mais moderna e dinâmica.

O anteprojeto a seguir tem por escopo adequar a legislação básica da PMPR às suas reais necessidades, sempre na busca de melhor atender à sua função constitucional, tendo por motivador maior a reestruturação da PMPR, possibilitando à Corporação oferecer um serviço mais eficiente à comunidade paranaense.

Afora adequações de nomenclatura e redação, a legislação que ora se propõe trará as seguintes inovações:

I - Acrescenta aos órgãos de direção o Subcomando-Geral, a Corregedoria-Geral, o Gabinete do Comandante-Geral, o Conselho Econômico e Financeiro e as Assessorias Policiais-Militares;

- Dentre as Diretorias, acrescenta a de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade, que desempenhará as atribuições atualmente exercidas pelo Centro de Tecnologia da Informação;

- Dentre os órgãos de execução inova ao instituir os Comandos Regionais de Polícia Militar;

- Dentre as unidades de polícia militar acrescenta a previsão de unidade de Operações Especiais e de Operações Aéreas.

Faz-se premente destacar que a implementação do presente projeto não gerará impacto financeiro ao erário, visto que o aumento de efetivo da Corporação somente será realizado com a edição de nova lei de fixação de efetivo, de iniciativa do Exmo. Sr. Governador do Estado.

Destarte, pode-se afirmar que o presente anteprojeto de lei proporcionará a devida atualização na estrutura organizacional da Polícia Militar do Paraná, propiciando uma melhor fluência das atividades administrativas e um implemento na área operacional, cujo reflexo direto é a melhoria dos serviços prestados à comunidade paranaense.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI - Governado do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Título I

Generalidades

Capítulo Único

Destinação, Missões e Subordinação

Art. 1º A Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual.

Art. 2º Compete à Polícia Militar, além de outras atribuições estabelecidas em leis peculiares ou específicas:

I - exercer com exclusividade a polícia ostensiva, fardada, planejada pela autoridade policial-militar competente, ressalvadas a competência das Forças Armadas, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a preservação da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

II - atuar preventivamente, como força de dissuasão, e repressivamente, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

III - atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo Federal;

IV - realizar serviços de busca, salvamento e combate a incêndio;

V - executar as atividades de defesa civil;

VI - exercer a polícia judiciária militar estadual;

VII - fornecer, mediante solicitação ou ordem judicial, força policial-militar, em apoio ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

VIII - garantir o exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicas, na forma da lei;

IX - executar missões de honra, guarda, assistência militar, segurança e transporte de dignitários;

X - estabelecer normas relativas à atividade de polícia ostensiva.

Art. 3º A Polícia Militar, nos termos da legislação federal pertinente, subordina-se, operacionalmente, ao Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Art. 4º A administração, o comando e o emprego da Corporação são da competência e responsabilidade do Comandante-Geral, assessorado e auxiliado pelos órgãos de direção.

Título II

Organização Básica da Polícia Militar

Capítulo I

Estrutura Geral

Art. 5º A Polícia Militar é estruturada em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Art. 6º Os órgãos de direção realizam o comando e a administração da Corporação, competindo-lhes:

I - Incumbir-se do planejamento em geral, visando à organização da Corporação, às necessidades em pessoal e em material e ao emprego da Polícia Militar para o cumprimento de suas missões.

II - Acionar, por meio de diretrizes e ordens, os órgãos de apoio e os de execução.

III - Coordenar, controlar e fiscalizar a atuação dos órgãos de apoio e os de execução.

Art. 7º Os órgãos de apoio realizam as atividades-meio da Corporação, atendendo às necessidades de pessoal, de semoventes e de material de toda a Polícia Militar, atuando em cumprimento das diretrizes e ordens dos órgãos de direção.

Art. 8º Os órgãos de execução são constituídos pelas unidades operacionais da Corporação e realizam as atividades-fim da Polícia Militar; cumprem as missões ou

a destinação da Corporação. Para isso executam as diretrizes e ordens emanadas dos órgãos de direção e são apoiados, em suas necessidades de pessoal, de semoventes, de material e de serviços, pelos órgãos de apoio.

Capítulo II

Dos Órgãos de Direção

Art. 9º Os órgãos de direção compõem o Comando-Geral da Corporação que compreende:

- I - Comandante-Geral;
- II - Subcomandante-Geral;
- III - Estado-Maior;
- IV - Corregedoria-Geral;
- V - Diretorias;
- VI - Gabinete do Comandante-Geral;
- VII - Comissões;
- VIII - Conselho Econômico e Financeiro;
- XI - Assessorias Policiais-Militares;
- X - Consultoria Jurídica.

Art. 10. O Comandante Geral, responsável superior pelo Comando e pela administração da Corporação, será nomeado pelo Governador do Estado, dentre os coronéis da ativa, pertencentes ao Quadro de Oficiais Policiais Militares da Corporação.

Parágrafo Único. O Comandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre todos os Oficiais que, âmbito do Estado, estejam no exercício de funções policiais militares, de natureza ou interesse policial militar, dentro ou fora da corporação.

Art. 11. O Subcomandante Geral é o substituto imediato do Comandante Geral nos seus impedimentos e exerce a função de coordenador operacional da corporação.

§ 1º O Subcomandante Geral será indicado pelo Comandante Geral e nomeado pelo Governador do Estado, dentre os Coronéis da ativa pertencentes ao Quadro de Oficiais Policiais Militares da Corporação.

§ 2º O Subcomandante Geral terá precedência hierárquica e funcional sobre os demais oficiais, exceto o Comandante Geral.

§ 3º O substituto eventual do Subcomandante Geral, em caso de afastamento temporário, será o Chefe do Estado Maior e no impedimento ou ausência deste, outro Coronel designado pelo Comandante Geral através de portaria publicada em boletim geral.

Art. 12. O Estado Maior (EMPM) é o órgão de direção geral responsável, perante o Comandante Geral da Corporação, pelo planejamento estratégico da Corporação, cabendo-lhe a elaboração de diretrizes e ordens do Comando-Geral no acionamento dos órgãos de direção setorial e de execução no cumprimento de suas missões.

§ 1º O Chefe do Estado Maior será indicado pelo Comandante Geral e nomeado pelo Governador do

Estado dentre os Coronéis da ativa pertencentes ao Quadro de Oficiais Policiais Militares da Corporação.

§ 2º O Chefe do Estado Maior, excepcionalmente, poderá ser nomeado dentre os Coronéis da ativa pertencentes ao Quadro de Oficiais Bombeiros Militares.

§ 3º O Chefe do Estado Maior terá precedência hierárquica e funcional sobre os demais Oficiais, exceto o Comandante Geral e o Subcomandante Geral.

§ 4º O Estado Maior, para realizar o planejamento estratégico da Corporação e demais atribuições, será composto pelas seguintes seções:

I - 1ª Seção (PM/1): responsável pelos assuntos relativos a pessoal e legislação;

II - 2ª Seção (PM/2): responsável pelas atividades de inteligência na Corporação;

III - 3ª Seção (PM/3): responsável pelos assuntos relativos à operações, ensino e instrução, bem como pelos estudos, doutrina e pesquisas relativas à preservação da ordem pública, polícia ostensiva e padronização de procedimentos operacionais da Polícia Militar;

IV - 4ª Seção (PM/4): responsável pelos assuntos relativos à logística da Corporação;

V - 5ª Seção (PM/5): responsável pelas atividades de comunicação social, relacionamento com a mídia e pelo cerimonial da Polícia Militar;

VI - 6ª Seção (PM/6): assuntos relativos ao planejamento administrativo de orçamentação.

§ 5º As competências das Seções de Estado Maior será definida por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 13. A Corregedoria Geral da Polícia Militar do Paraná (COGER) é o órgão técnico, subordinado ao Comandante Geral, com atuação em todo o Estado, cuja finalidade é assegurar a correta aplicação da lei, padronizar os procedimentos de Polícia Judiciária Militar e de processos e procedimentos administrativos, realizar correições, fiscalizações e garantir a preservação dos princípios da hierarquia e disciplina na Corporação.

§ 1º O Corregedor Geral será classificado pelo Chefe do Poder Executivo, mediante indicação do Comandante Geral dentre os Coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares, do serviço ativo da Corporação, e terá precedência hierárquica e funcional sobre os demais Oficiais, excetuando-se o Comandante Geral, o Subcomandante Geral e o Chefe do Estado Maior.

§ 2º À Corregedoria Geral compete, dentre outras atribuições:

I - realizar correções, inspeções e fiscalizações nas diversas Unidades da Corporação;

II - manter permanente acompanhamento do público interno, visando a prevenir e a reprimir a prática de atos de improbidade administrativa, crimes em geral e violações da disciplina e hierarquia militares, bem como produzir o suporte probatório necessário à instauração dos respectivos processos e procedimentos administrativos, quando de sua ocorrência;

III - Acompanhar, controlar e fiscalizar os autos dos procedimentos de Polícia Judiciária Militar no âmbito da Corporação, sanear e preparar os atos de competência do Comandante Geral e informar outros documentos quando solicitado;

IV - expedir orientações sobre a aplicação da legislação relativa à apuração das infrações criminais e disciplinares, inclusive promover a interpretação de jurisprudência e outras atinentes aos serviços de corregedoria;

V - Apurar crimes militares, fatos de cunho administrativo e faltas disciplinares, realizando os procedimentos legais, quando forem avocados, instaurados ou determinados pelo Comandante Geral;

VI - requisitar o comparecimento de militares estaduais e civis vinculados de qualquer forma à Corporação;

VII - receber reclamações contra ações ou omissões perpetradas por militares estaduais, tomando as medidas legais cabíveis ou as encaminhando à autoridade competente;

VIII - prover apoio aos Comandantes de unidades e a quaisquer órgãos, quando solicitado, prestando auxílio técnico especializado, procedendo a diligências e exarando informações e pareceres;

IX - acompanhar procedimentos investigatórios a que tenham sido submetidos militares estaduais em repartições policiais, organizações militares e outras;

X - manter atualizados os arquivos de identificação por todos os meios disponíveis e o registro dos antecedentes dos integrantes da Corporação;

XI - cumprir, prioritariamente, os mandados de prisão e alvarás de soltura que envolvam integrantes da Corporação;

XII - adotar, de ofício, ou, quando provocada, qualquer outra providência necessária ao fiel desempenho das atribuições que lhe são conferidas na presente lei;

XIII - outras atividades por delegação de competência do Comandante Geral.

§ 3º O Corregedor Geral, quando oportuno e conveniente à Administração Policial Militar, motivadamente, proporá ao Comandante Geral a transferência do infrator ou do acusado da organização policial ou bombeiro militar de origem, bem como, o afastamento do exercício das funções durante a realização do procedimento apuratório.

§ 4º A Corregedoria Geral será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Comandante Geral da Corporação.

Art. 14. As Diretorias, órgãos de direção setorial, estruturadas sob a forma de sistemas para as atividades de pessoal, de ensino e pesquisa, de saúde, de logística, de finanças e do desenvolvimento tecnológico e qualidade, compreendem:

I - Diretoria de Pessoal;

II - Diretoria de Ensino e Pesquisa;

III - Diretoria de Saúde;

IV - Diretoria de Apoio Logístico;

V - Diretoria de Finanças;

VI - Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade.

Art. 15. As funções de diretores dos órgãos de direção setorial da PMPR, de que trata o artigo 14, desta lei, são exclusivas do posto de Coronel, observadas as seguintes disposições:

I - As funções de diretores da Diretoria de Pessoal e da Diretoria de Ensino e Pesquisa são exclusivas de Coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares;

II - As funções de diretores da Diretoria de Apoio Logístico e da Diretoria de Finanças serão exercidas preferencialmente por Coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares;

III - A função de diretor da Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade será exercida preferencialmente por um Coronel do Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar;

IV - A função de diretor da Diretoria de Saúde será exercida preferencialmente por um Coronel do Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar.

Art. 16. A Diretoria de Pessoal é o órgão de direção setorial do sistema de pessoal, responsável pelo desenvolvimento, coordenação, fiscalização, orientação, acompanhamento e controle das atividades relacionadas com a classificação e movimentação de pessoal, mobilização, inativos, cadastro e avaliação, direitos, deveres, incentivos, gerenciamento e inspeção da folha de pagamento, identificação, pessoal civil, serviço auxiliar temporário, recrutamento, assistência social e psicológica, bem como pelo assessoramento às Comissões.

Art. 17. A Diretoria de Ensino e Pesquisa é o órgão de direção setorial do sistema de ensino e pesquisa, responsável pelo planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de ensino e de pesquisa desenvolvidas na Polícia Militar.

Art. 18. A Diretoria de Saúde é o órgão setorial do sistema de saúde, responsável pelo desenvolvimento, coordenação, fiscalização, acompanhamento e controle das atividades técnicas-administrativas relativas aos serviços de saúde prestados aos militares estaduais ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas.

Art. 19. A Diretoria de Apoio Logístico é o órgão de direção setorial do sistema logístico, responsável pelo desenvolvimento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de suprimento e manutenção de material, de obras e de patrimônio.

Art. 20. A Diretoria de Finanças é o órgão de direção salarial do sistema financeiro e contábil, responsável pelo desenvolvimento, fiscalização, controle e auditoria das atividades de administração financeira, orçamentária e contabilidade da Corporação, bem como pela distribuição dos recursos financeiros.

Art. 21. A Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Qualidade é o órgão de direção setorial responsável pelo planejamento, coordenação, controle e execução das atividades de informática e telecomunicação, bem como por promover a elevação da qualidade dos serviços, através da eficiência e economicidade das atividades administrativas e operacionais da Corporação.

Art. 22. O Gabinete do Comandante Geral será chefiado por um Oficial Superior do Quadro de Oficiais Policiais Militares, de livre escolha do Comandante Geral, competindo-lhe:

I - assistência direta ao Comandante Geral no trato e apreciação de assuntos institucionais;

II - a recepção, o estudo e a triagem dos expedientes encaminhados ao Comandante Geral;

III - a transmissão e o controle da execução das ordens emanadas do Comandante Geral;

IV - a coordenação dos serviços de ajudância de ordens do Comandante Geral;

V - executar e controlar as atividades relacionadas com a administração financeira, contabilidade, material e aprovisionamento do Comando Geral.

Art. 23. A Ajudância Geral, subordinada ao Chefe de Gabinete, exercerá o apoio administrativo ao Comando Geral, competindo-lhe:

I - organizar, dirigir e supervisionar o pessoal auxiliar de todos os órgãos do Comando Geral;

II - coordenar os trabalhos de protocolo geral da Corporação;

III - controlar a entrada e retirada de processos e documentos do arquivo geral;

IV - elaborar, sob a coordenação do Chefe de Gabinete do Comandante-Geral, os Boletins-Gerais;

V - desenvolver as demais tarefas relacionadas com a segurança do aquartelamento e os serviços gerais do Comando-Geral.

Art. 24. Existirão, no âmbito da PMPR, em caráter permanente, as seguintes comissões regidas por legislação própria:

I - Comissão de Promoções de Oficiais;

II - Comissão de Promoções de Praças;

III - Comissão de Mérito.

Parágrafo Único. A critério do Comandante-Geral, mediante portaria, poderão ser constituídas outras comissões, de caráter temporário, destinadas a determinados estudos.

Art. 25. O Conselho Econômico e Financeiro (CEF), composto por um conselho diretor, presidido pelo Comandante-Geral, e por um conselho fiscal, presidido pelo Corregedor-Geral, terá por finalidade aplicar os recursos destinados à aquisição de fardamento para os militares estaduais.

Art. 26. Poderão ser organizadas, por ato do Chefe do Poder Executivo e mediante proposta do Comandante-Geral, Assessorias Policiais-Militares em outros órgãos do Executivo ou de outros Poderes.

Art. 27. A Consultoria Jurídica é o órgão que presta assessoramento direto ao Comando-Geral, competindo-lhe o estudo de questões de direito compreendidas na política de administração geral da Corporação, exames de aspectos de legalidade dos atos e normas que lhe forem submetidos à apreciação e demais atribuições que venham a ser previstas em regulamentos.

Capítulo III **Dos Órgãos de Apoio**

Art. 28. A Diretoria de Pessoal terá como órgão de apoio o Centro de Recrutamento e Seleção (CRS), incumbido do desenvolvimento, acompanhamento e supervisão das atividades de seleção dos candidatos ao ingresso na Polícia Militar.

Art. 29. São órgãos de apoio subordinados à Diretoria de Ensino e Pesquisa:

I - Academia Policial Militar do Guatupê (APMG);

II - Colégio da Polícia Militar (CPM);

§ 1º Os órgãos de apoio de ensino e de pesquisa são subordinados à Diretoria de Ensino e Pesquisa e destinam-se à graduação, formação, habilitação, adaptação e pós-graduação de Oficiais e de Praças e à pesquisa.

§ 2º A Academia Policial Militar do Guatupê, instituição de ensino superior, disporá da seguinte estrutura organizacional:

I - Centro de Estudos Estratégicos (CEE);

II - Escola de Oficiais (EsO);

III - Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (EsFAEP);

IV - Centro de Pesquisa (CP);

V - Coordenação de Cursos de Especialização para Oficiais (CCEO);

VI - Departamentos de Ensino (DENS);

§ 3º A Academia Policial Militar do Guatupê se constitui, também, em editora da PMPR para fins de reprodução e divulgação de produção literária e de conhecimentos resultantes de pesquisa, garantidora dos direitos autorais de produções de interesse institucional.

Art. 30. São órgãos de apoio subordinados à Diretoria de Saúde:

I - Hospital da Polícia Militar (HPM), incumbido de prestar assistência médico-hospitalar aos militares estaduais, seus dependentes e pensionistas, na forma da lei;

II - Centro Odontológico da Polícia Militar (COPM), incumbido de prestar assistência odontológica aos militares estaduais, seus dependentes e pensionistas, na forma da lei;

III - Juntas Médicas, compostas por Oficiais do Quadro de Saúde, ou por civis, especialmente designados pelo Diretor de Saúde, responsáveis pela execução das inspeções de saúde de interesse da Polícia Militar, mandadas executar pela autoridade competente, destinadas a verificar o estado de saúde física e/ou mental de militares estaduais e civis.

Art. 31. São órgãos de apoio subordinados à Diretoria de Apoio Logístico o Centro de Suprimento e Manutenção de Intendência (CSM-Int), o Centro de Suprimento e Manutenção de Material Bélico (CSM-MB) e o Centro de Suprimento e Manutenção de Obras (CSM-O), responsáveis pela aquisição, recebimento, armazenagem, distribuição e controle de suprimentos, veículos, armamentos e munições, bem como pela execução, fiscalização, manutenção e controle das edificações e obras da Corporação.

Parágrafo Único. O Centro Veterinário, incumbido de controlar, fiscalizar e executar as atividades de assistência veterinária na Polícia Militar, com vistas ao aprimoramento das condições de saúde dos semoventes da PMPR, ficará subordinado diretamente ao Diretor de Apoio Logístico da Corporação.

Art. 32. Para os serviços de apoio deve ser utilizada, sempre que possível, mão de obra civil.

Capítulo IV

Dos Órgãos de Execução

Art. 33. Os órgãos de execução da Polícia Militar constituem as unidades operacionais da Corporação, sendo de duas naturezas: da Polícia Militar e de Bombeiro Militar.

Art. 34. As unidades de Polícia Militar são operacional e administrativamente subordinadas aos Comandos Regionais da Polícia Militar (CRPM), os quais são responsáveis, perante o Subcomandante-Geral, pela preservação da ordem pública e pelo cumprimento das missões policiais-militares em suas respectivas circunscrições territoriais.

Parágrafo Único. A critério do Comando Geral, unidades especializadas poderão ficar subordinadas administrativa e operacionalmente ao Subcomandante Geral.

Art. 35. As unidade de Bombeiros são operacional e administrativamente subordinadas ao Comando do

Corpo de Bombeiros, que é a responsável perante o Subcomandante-Geral, pelo cumprimento das missões de bombeiros em todo o Estado do Paraná.

Art. 36. Os Comandos Regionais de Polícia Militar e o Comando do Corpo de Bombeiros são escalões intermediários de comando, cuja organização pormenorizada constará dos quadros de organização da Polícia Militar.

Art. 37. As unidades e subunidades operacionais da Polícia Militar terão supridas suas necessidades de pessoal, de semoventes e de material pelos órgãos de apoio da Corporação, devendo, quando for o caso, serem ouvidos os comandos a que estiverem, operacionalmente, subordinadas, particularmente quanto a prioridade.

Art. 38. As unidades e subunidades operacionais de bombeiros terão supridas as suas necessidades de material, quer diretamente pelo órgão do Corpo de Bombeiros, quer pelos órgãos de apoio da Corporação e suas necessidades de pessoal pelo órgão próprio da Polícia Militar.

Seção I

Das Unidades de Polícia Militar

Art. 39. Em razão dos diferentes objetivos da missão policial-militar, da diversidade de processos a serem empregados para o cumprimento dessa missão e em razão de características fisiográficas do Estado, as unidades operacionais da Polícia Militar são dos seguintes tipos:

I - Batalhão (Companhia, Pelotão, Grupo) de Polícia Militar (BPM - Cia PM - Pel PM - Gp PM): encarregado do policiamento ostensivo normal de uma determinada área, traduzido pela ação de patrulheiros-apê, montados ou motorizados;

II - Companhia Independente de Polícia Militar (Cia Ind PM): encarregada das mesmas atribuições do Batalhão da Polícia Militar, em áreas de menores dimensões que, por suas condições peculiares, não estejam incluídas na área jurisdicional de um BPM;

III - Batalhão (Companhia, Pelotão, Grupo) de Polícia de Trânsito (BP Tran - Cia P Tran - Pel P Tran - Gp P Tran): encarregado do policiamento especializado de trânsito em áreas urbanas, com vista ao cumprimento da legislação de trânsito;

IV - Batalhão (Companhia, Pelotão) de Polícia de Radiopatrulha (BP RP - Cia P RP - Pel P RP): encarregado do policiamento ostensivo normal, em determinada área, caracterizando-se pelo emprego de viaturas em ligações radiofônicas permanente com um centro de operações de localidade;

V - Batalhão (Companhia, Pelotão) de Polícia de Guarda (BP Gd - Cia P Gd - Pel P Gd): encarregado do policiamento ostensivo normal, visando à guarda e segurança da sede dos poderes públicos estaduais, da residên-

cia oficial do chefe do Poder Executivo estadual e a de personalidades nacionais e estrangeiras, e a guarda e segurança externa de presídios;

VI - Batalhão (Companhia, Pelotão) de Polícia de Choque (BP Chq - Cia P Chq - Pel P Chq): encarregado do policiamento ostensivo visando ao restabelecimento da ordem já perturbada, com o emprego de força. Sua ação será exercida nos eventos que requeiram atuação pronta e enérgica de tropa especialmente instruída e treinada; sempre que as necessidades exigirem, pode ser empregado em outro tipo de policiamento, a critério do Comandante-Geral;

VII - Batalhão (Companhia, Pelotão, Grupo) de Polícia Ambiental Força Verde (BP Amb FV - Cia Amb FV - Pel Amb FV - Gp Amb FV): encarregado do policiamento ostensivo, visando o cumprimento dos dispositivos legais na proteção da fauna, da flora e do meio ambiente;

VIII - Batalhão (Companhia, Pelotão, Grupo) de Polícia Rodoviária (BV Rv - Cia P Rv - Pel P Rv - Gp P Rv): encarregado do policiamento ostensivo visando ao cumprimento das regras e normas de tráfego rodoviário, com visão ao cumprimento da legislação de trânsito;

IX - Regimento (Esquadrão, Pelotão) de Polícia Montada (Reg P Mont - Esq P Mont - Pel P Mont): encarregado do policiamento ostensivo normal em locais de difícil acesso ou onde sua presença possa facilitar as ações. A critério do Comandante-Geral poderá ser empregado para apoiar ações de polícia de choque;

X - Companhia Independente de Policiamento e Operações de Fronteira (CIPOFron): encarregada do combate e repressão aos ilícitos cometidos nas regiões de fronteira e de divisa com o Estado do Paraná, coibindo enfaticamente os crimes relacionados ao tráfico de armas e de drogas, através de operações terrestres, aéreas e aquáticas, conforme missões determinadas ou Planos de Operações estabelecidos pelo Comandante-Geral;

XI - Batalhão (Companhia, Pelotão, Grupo) de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC - Cia PEC - Pel PEC - Gp PEC): encarregado do patrulhamento escolar ostensivo preventivo e permanência em áreas internas, externas e adjacentes aos estabelecimentos de ensino, atuando na repressão a crimes e atos infracionais, visando a segurança dos alunos, a consultoria aos direitos quanto à segurança e ainda a integração com a comunidade escolar.

XII - Batalhão (Companhia, Pelotão, Grupo) de Operações Especiais (B OEsp - Cia OEsp - Pel OEsp - Gp OEsp): encarregado da polícia ostensiva de segurança específica, de preservação e restauração da ordem pública pelo emprego da força, mediante ações e operações de polícia de choque, particularmente quando a ordem pública estiver ameaçada ou já rompida e requeira intervenção pronta e enérgica da tropa especialmente instruída e treinada; em situações antitumultos, antiterrorismo, desativação de artefatos explosivos e similares, escoltas especiais, defesa de pontos sensíveis e retomada de locais

ou áreas ocupadas; encarregado também de ações em situações de grave comprometimento da ordem pública; operações de patrulhamento tático com vistas a combater as ações do crime organizado e de alta periculosidade e operações especiais diversas, conforme diretrizes do Comandante-Geral;

XIII - Unidade de Operações Aéreas (UOA): encarregado de atender e apoiar, com a utilização de aeronaves, ações de busca, resgate e salvamento a vítimas de acidentes e/ou traumas em áreas urbanas, rurais e rodovias; atender e/ou apoiar ações de busca e resgate de vítimas em matas, florestas, montanhas, rios, lagos e mar; atuar em missões de apoio e operações policiais, de bombeiros e de defesa civil; apoiar órgãos Federais, Estaduais e Municipais que necessitem do emprego de aeronaves; e outras missões de preservação da ordem pública.

§ 1º As Unidades de Polícia Militar poderão estruturar Rondas Ostensivas Tático Móvel (ROTAM), e as Unidades de Operações Especiais poderão estruturar Rondas Ostensivas de Natureza Especial (RONE), operacional e administrativamente subordinadas diretamente ao Comandante da Unidade, caracterizadas pela ação de patrulheiros especialmente instruídos e treinados, encarregadas do policiamento ostensivo preventivo qualificado de uma determinada área, destinada a realizar operações presença, controle de distúrbios civis, bloqueios, grandes eventos e patrulhamento motorizado em viaturas, respeitadas as peculiaridades de cada Organização Policial-Militar (OPM).

§ 2º Com o desenvolvimento do Estado e consequente aumento das necessidades de segurança, poderão ser criadas unidades para emprego em outros tipos de policiamento específico.

Art. 40. Os Batalhões (Regimentos) são constituídos de um Comandante, um Subcomandante, um Estado-Maior, elementos de Comando (companhia ou Pelotão de Comando e Serviços) e de frações subordinadas (Companhias, Esquadrões) em número variável, de acordo com as necessidades indicadas pela missão. Sua organização pormenorizada constará dos Quadros de Organização da Polícia Militar.

Art. 41. Os Batalhões e as Companhias Independentes de Polícia Militar, em princípio, integram as missões de policiamento ostensivo normal, de trânsito, de guarda, de radiopatrulha, de choque ou de outros tipos, de acordo com as necessidades das áreas por eles jurisdicionadas, a critério do Comandante-Geral.

Seção II

Do Corpo de Bombeiros

Art. 42. O Corpo de Bombeiros é estruturado em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Parágrafo Único. Os órgãos mencionados neste artigo tem as mesmas atribuições previstas para os órgãos

correspondentes da Corporação, indicadas nos artigos 6º, 7º e 8º desta lei, respectivamente, no que for aplicável ao Corpo de Bombeiros.

Art. 43. Os órgãos de direção do Corpo de Bombeiros compõem o Comando do Corpo de Bombeiros, que compreende:

- I - Comandante;
- II - Estado-maior;
- III - Ajudância;
- IV - Divisão de Administração e Finanças;
- V - Centro de Operações de Bombeiros (COBOM);
- VI - Comissão Especial para o trato dos assuntos de prevenção e combate a incêndio florestais;
- VII - SIATE (Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência);
- VIII - Assessoria Jurídica.

§ 1º O Comandante do Corpo de Bombeiros será um Coronel da ativa do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares, em princípio o mais antigo; caso o escolhido não seja o mais antigo, terá ele precedência funcional sobre os demais.

§ 2º Excepcionalmente, a critério do Comandante-Geral, o Comandante do Corpo de Bombeiros poderá ser um Coronel da ativa do Quadro de Oficiais Policiais Militares.

§ 3º O Estado-Maior do Corpo de Bombeiros é assim organizado:

- a) Chefe do Estado-Maior;
- b) 1ª Seção (BM/1): assuntos relativos ao pessoal e legislação;
- c) 2ª Seção (BM/2): assuntos relativos à atividade de inteligência;
- d) 3ª Seção (BM/3): assuntos relativos a operações, ensino e instrução;
- e) 4ª Seção (BM/4): assuntos relativos à logística;
- f) 5ª Seção (BM/5): assuntos relativos a comunicação social;
- g) 6ª Seção (BM/6): assuntos relativos ao planejamento administrativo e orçamentação;
- h) 7ª Seção (BM/7): assuntos de segurança contra incêndios e de explosões e suas consequências;
- i) 8ª Seção (BM/8): assuntos de Defesa Civil.

§ 4º O Chefe do Estado Maior, com atribuições de Subcomandante, é o substitutivo eventual do Comandante do Corpo de Bombeiros nos impedimentos deste.

§ 5º A Ajudância é encarregada de trabalhos relativos à correspondência, correio, protocolo, boletim e arquivo, bem como do apoio de pessoal auxiliar necessário nos trabalhos burocráticos do comando, nos serviços gerais e na segurança do Quadro Central do Corpo de Bombeiros.

§ 6º A Divisão de Administração e Finanças incumbe-se no trato dos assuntos ligados à administração do pessoal, do material e finanças do Corpo de Bombeiros.

§ 7º Ao Centro de Operações de Bombeiros, como órgão central de integração operacional, compete a direção, controle e coordenação:

a) do emprego de pessoal e material, no cumprimento das missões de bombeiros, bem como das unidades que estiverem em reforço ou em apoio ao Corpo de Bombeiros;

b) das atividades de comunicações do Corpo de Bombeiros.

§ 8º A Coordenadoria do SIATE incumbe-se da direção, controle, coordenação e planejamento dos recursos do Corpo de Bombeiros empregados no Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências.

Art. 44. Os órgãos de apoio do Corpo de Bombeiros compreendem:

- I - Centro de Suprimento e Manutenção de Material Operacional (CSM/MOP);
- II - Centro de Ensino e Instrução (CEI);

Parágrafo Único. O apoio de saúde ao pessoal do Corpo de Bombeiros será prestado pelos órgãos de saúde da Corporação.

Art. 45. O Centro de Suprimento e Manutenção de Material Operacional (CSM/MOP) é o órgão incumbido do recebimento, de estocagem e da distribuição dos suprimentos e da execução da manutenção no que concerne ao armamento e munição, ao material de comunicações, ao material de motomecanização e ao material especializado de bombeiros.

Art. 46. O Centro de Ensino e Instrução é o órgão incumbido da formação técnica, da instrução de manutenção e atualização da tropa, bem como do atendimento da formação pessoal civil para atuação na área preventiva contra incêndios.

Parágrafo Único. O ensino de formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças será ministrado pela Academia Militar do Guatupê e pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, que manterão os respectivos cursos, bem como por outras organizações militares, policiais militares e, mediante convênio, por organizações civis.

Art. 47. Os órgãos de execução do Corpo de Bombeiros são constituídos pelas unidades operacionais que serão organizadas em:

I - Grupamento de Bombeiros e Subgrupamento de Bombeiros Independente (GB e SGBI): incumbidos da missão de extinção de incêndios, busca e salvamento, são subordinados ao Comando do Corpo de Bombeiros;

II - Subgrupamento de Bombeiros: organização subordinada a um Grupamento de Bombeiros;

III - Seção de Bombeiros (SB): organização subordinada a um Subgrupamento de Bombeiros ou Subgrupamento de Bombeiros Independente e com as mesmas missões e características destes;

IV - Grupo de Operações de Socorro Tático (GOST), incumbido da missão especializada de socorro tático em todas as atividades de bombeiros-militares, estando subordinado diretamente ao Comando do Corpo de Bombeiros.

Art. 48. Os Grupamentos de Bombeiros e os Subgrupamentos de Bombeiros Independentes são assim organizados:

- I - Comandante;
- II - Subcomandante;
- III - Estado-Maior;
- IV - Seção de Bombeiros.

§ 1º - A Seção de Combate a Incêndios contará com número variável de subseções de combate a incêndios, de salvamento e proteção e outras, em função de sua aplicação.

§ 2º Quando um elemento de extinção de incêndio integrar missões de busca e salvamento deverá ser dotado de elemento de busca e salvamento.

Art. 49. As áreas de responsabilidade e desdobramento das unidades operacionais do Corpo de Bombeiros obedecerão ao que prescreve o Capítulo Único do Título III desta Lei, no que lhe for aplicável, sendo que um Grupamento equivale a um Batalhão, um Subgrupamento equivale a uma Companhia e uma Seção de Bombeiros equivale a um Pelotão.

Art. 50. As Unidades de Bombeiros que, como órgão de execução, compõem o Corpo de Bombeiros, bem como a sua organização pormenorizada e efetivo, constarão do Quadro de Organização da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Título III

Responsabilidade das Unidades Operacionais

Capítulo Único

Áreas de Responsabilidade e Desdobramento

Art. 51. O Estado será dividido em áreas, em função das necessidades decorrentes das missões normais de Polícia Militar e das características regionais; essas áreas serão atribuídas à responsabilidade total dos batalhões ou companhias independentes de Polícia Militar.

§ 1ª Cada área de batalhão de Polícia Militar será dividida em subáreas atribuídas às companhias de Polícia Militar subordinadas; as subáreas, por sua vez, serão divididas em setores de responsabilidade de pelotões de Polícia Militar.

§ 2º Na Capital e nas grandes Cidades do interior, as áreas de responsabilidade dos batalhões de Polícia Militar poderão deixar de ser divididas.

§ 3º Os Comandos de Batalhões, em todo o Estado, e os comandos de companhia e pelotão da Polícia Militar, no interior, deverão ser sediados na área, subárea ou setor de sua responsabilidade.

Art. 52. A organização e o efetivo de cada OPM operacional será em função das necessidades, das características fisiográficas, psicossociais, políticas e econômicas das áreas, subáreas ou setores de responsabilidade.

§ 1º Um batalhão (regimento) de Polícia Militar terá de 2 (duas) a 6 (seis) companhias (esquadrões) e elementos de comando e serviços; um companhia terá de dois a seis pelotões e elementos de comando e serviços; um pelotão terá de dois a seis grupos; um grupo será constituído de um Sargento e três Soldados, no mínimo.

§ 2º Quando o número de companhias de Polícia Militar necessário à determinada área ultrapassar a seis subunidades, a mesma deverá dar origem a duas novas áreas de batalhão.

Art. 53. A cada Município que não seja sede de BPM, Cia PM ou Pel PM, corresponderá um Destacamento Policial-Militar (Dst-PM), constituído de, pelo menos, um Grupo de Polícia Militar.

§ 1º Os Distritos Municipais, cujas necessidades assim o exijam, terão um subdestacamento policial-militar (S Dst PM ou, até mesmo, um destacamento PM.

§ 2º O efetivo dos Dst PM e S Dst PM, respeitados os limites dispostos nesta lei, serão fixados levando-se em conta as exigências de segurança do Município.

§ 3º O subdestacamento PM terá o efetivo mínimo de dois Soldados PM e será comandado por um Cabo PM.

Título IV

Pessoal

Capítulo I

Do Pessoal

Art. 54. O pessoal da Polícia Militar compõe-se de:
I - Pessoal da ativa:

a) Oficiais, constituindo os seguintes quadros:

1 - Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM);

2 - Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM);

3 - Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) compreendendo: Oficiais Médicos; Oficiais Dentistas; Oficiais Veterinários; e Oficiais Bioquímicos.

4 - Quadro de Oficiais Músicos (QOM);

5 - Quadro de Oficiais de Administração (QOA);

6 - Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM);

7 - Quadro de Capelães Policiais Militares (QCPM).

b) Praças Especiais da Polícia Militar, compreendendo:

1 - Aspirante a Oficial PM e BM;

2 - Alunos Oficiais PM e BM.

c) Praças compreendendo:

1 - Praças Policiais Militares (Praças PM);

2) Praças de Bombeiros Militares (Praças BM);

II - Pessoal Inativo:

a) Pessoal da reserva remunerada: Oficiais e Praças transferidos para a reserva remunerada;

b) Pessoal reformado: Oficiais e Praças reformados.
III - Pessoal Civil.

Art. 55. As praças policias militares e bombeiros militares serão agrupadas em qualificações policiais militares gerais e particulares (QPMG e QPMP).

§ 1º A diversificação das qualificações previstas neste artigo será a mínima indispensável, do modo a possibilitar uma ampla utilização das Praças nelas incluídas.

§ 2º Ato do Governador do Estado baixará as normas para a qualificação policial militar das praças, mediante proposta ao Comandante Geral.

Art. 56. O efetivo da Polícia Militar será fixado na lei da fixação dos efetivos da Polícia Militar do Estado do Paraná que, será proposta pelo Governador do Estado à Assembleia Legislativa, com observância da legislação específica.

Art. 57. Respeitado a efetivo fixado em lei, cabe ao Chefe do Poder Executivo do Estado aprovar, mediante decreto, os Quadros de Organização (QO), elaborados pelo Comandante Geral da Corporação com observância da legislação específica.

Título V

Disposições Transitórias e Finais

Capítulo I

Disposições transitórias

Art. 58. A organização básica prevista nesta lei deverá ser efetivada progressivamente, na dependência de disponibilidade de instalações, de material e de pessoal, a critério do Governador do Estado.

Art. 59. Enquanto não estruturados completamente os Comandos Regionais de Polícia Militar, ficam mantidas as estruturas do Comando do Policiamento da Capital e do Comando do Policiamento do Interior, com suas respectivas unidades subordinadas e circunscrições territoriais, respeitada a implantação gradativas do CRPM.

§ 1º Com a efetivação dos Comandos Regionais de Polícia Militar, o Comando do Policiamento da Capital e o Comando do Policiamento do Interior deixarão de existir e suas dotações orçamentárias serão transferidas automaticamente para a diretoria de Finanças que as executará até que sejam feitos os ajustes orçamentários, financeiros e fiscais necessários.

§ 2º O Diretor de Finanças poderá utilizar o pessoal e as estruturas de gestão orçamentária dos Comandos Intermediários extintos, até a consolidação da descentralização orçamentária e financeira em prol de cada um dos Comandos Regionais de Polícia Militar.

Capítulo II

Disposições Finais

Art. 60. Respeitados os quadros, especialidades e demais disposições legais, são funções exclusivas do posto de Coronel da PMPR:

- I - Comandante Geral;
- II - Chefe da Casa Militar da Governadoria;
- III - Subcomandante Geral;
- IV - Chefe do Estado Maior;
- V - Corregedor Geral;
- VI - Comandante de Comandos Regionais de Polícia Militar;
- VII - Diretor de Pessoal;
- VIII - Diretor de Ensino e Pesquisa;
- IX - Diretor de Finanças;
- X - Diretor de Apoio Logístico;
- XI - Comandante do Corpo de Bombeiros;

Parágrafo Único. Os oficiais do posto de Coronel poderão ainda ser designados para as seguintes funções ou encargos:

- I - Presidente de comissões especiais designadas pelo Comandante Geral;
- II - Assessor Policial Militar junto a órgãos do Executivo ou outros poderes;
- III - Supervisor de Saúde;
- IV - Chefe da Seção Técnica da Diretoria de Saúde;
- V - Chefe da Policlínica Odontológica do Centro Odontológico da Polícia Militar;
- VI - Coordenador de projetos de interesse do Governo do Estado do Paraná, no âmbito da Corporação;
- VII - Chefe do Estado Maior dos Comandos Regionais da Polícia Militar.

Art. 61. As funções de Comandante de Comandos Regionais de Polícia Militar (CRPM) são exclusivas do posto de Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares.

Art. 62. O Comandante Geral, na forma da legislação em vigor, utilizará pessoal civil para prestar serviços de natureza técnica ou especializada e para serviços gerais.

Art. 63. Compete ao Governador do Estado, mediante decreto, a criação, transformação, extinção, denominação, localização e a estruturação dos órgãos de direção, dos órgãos de apoio e dos órgãos de execução da Polícia Militar, de acordo com a organização básica prevista nesta lei e dentro dos limites fixados na lei de fixação de efetivos, por proposta de Comandante Geral, observada a legislação específica.

Art. 64. A criação e as circunstâncias territoriais dos Comandos Regionais de Polícia Militar serão definidas por decreto.

Art. 65. A organização da Casa Militar da Governadoria do Estado e das Assessorias Policiais Militares será regulada por decreto, observada a legislação específica.

Parágrafo Único. Os militares estaduais integrantes dos órgãos de que trata este artigo constarão da Lei de Fixação de Efetivo da Polícia Militar do Paraná.

Art. 66. O pessoal da Polícia Militar, na execução do policiamento, é funcionalmente subordinado à autoridade policial militar competente.

Parágrafo Único. As solicitações de apoio policial militar oriundas de autoridades policiais civis ou as requisições do Ministério Público ou de autoridades judiciárias serão atendidas, consoante o efetivo disponível por intermédio da autoridade policial militar competente, conforme a legislação vigente.

Art. 67. O julgamento das faltas disciplinares cometidas por militar estadual far-se-à na forma do Regulamento Disciplinar em vigor na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 68. A unidade de Operações Aéreas (UOA) fica subordinada diretamente ao Subcomandante Geral.

Parágrafo Único. As atribuições, estrutura, competências e responsabilidades orgânicas e funcionais da Unidade de Operações Aéreas, bem como as normas de operação, segurança, formação e treinamento de pessoal especializado, serão previstas em regulamento própria.

Art. 69. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Estadual nº 6774, de 08/01/76.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 056/10

Curitiba, em 28/06/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que cria a Secretaria de Estado da Mulher e adota outras providências.

O Governo do Paraná, na presente medida e na esteira da Constituição da República do Brasil e da Constituição Estadual, tem por objetivo maior promover e zelar pelos direitos da mulher, figura essencial para o desenvolvimento da sociedade.

Com efeito, a Secretaria da Mulher poderá desenvolver programas e projetos, promover estudos que possam alavancar ainda mais a condição da mulher paranaense, pois, atualmente não há mais que se admitir qualquer tipo de discriminação contra a mulher seja no seu ambiente familiar, de trabalho ou ainda de lazer.

Desta feita, a Pasta que se pretende criar com certeza, poderá atender com mais primor as necessidades da mulher, como também alertar sobre os seus direitos e ainda, quebrar paradigmas perante quaisquer resquícios de preconceito ou discriminação.

Em âmbito familiar, a Secretaria da Mulher poderá desenvolver projetos, com fulcro em atendimento especial, com técnicos especializados para auxiliar nos conflitos afetivos e emocionais que, por vezes, podem até desestruturar a família, da qual a mulher, na maioria das vezes, é o esteio.

No campo do trabalho, é importante que se diga que a Secretaria de Estado da Mulher, deverá dar os amparos legal e técnico para que a mulher do Paraná possa pleitear condições de trabalho e de salários condizentes com a função que desempenhará, sem que a sua condição de mulher possa retirar-lhe qualquer vantagem.

Paralelamente ao bem-estar familiar e de trabalho, a Pasta em tela, deverá desempenhar funções, através de projetos e programas que possam trazer o bem-estar pessoal da mulher, buscando destacar a sua autoestima.

Saliente-se que é importante que o Governo do Paraná desenvolva os tão festejados projetos e programas com o apoio dos demais entes da Federação, tendo-se em vista que muitas das ações deverão ser executadas de forma conjunta.

Também é importante que se diga e que se espera o apoio dessa Casa de Leis, no tocante à estrutura que se necessita para o fiel cumprimento daquilo que aqui, o Governo do Paraná, se compromete a desempenhar. A dita estrutura voltar-se-á especialmente para o atendimento da mulher em todos os pontos já elencados anteriormente.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI - Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica criada a Secretaria de Estado da Mulher, por meio da qual o Poder Executivo, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar os direitos da mulher e o reconhecimento da sua importância perante a sociedade, nos termos da Constituição do Brasil de 1988, Constituição Estadual e demais legislação pertinente.

Art. 2º A Secretaria de Estado da Mulher, seguirá os preceitos inerente à dignidade da pessoa humana ao formular e implementar políticas, planos, programas e ações de Governo.

Parágrafo Único. A adoção desses planos, programas e ações deverá levar em conta as dimensões culturais, econômicas, regionais e sociais.

Art. 3º Assegurar os direitos da mulher e reconhecer sua importância perante a sociedade, a que se refere o artigo 1º desta lei, consiste no compromisso do Governo do Paraná de dar acesso à mulher as suas necessidades básicas.

Parágrafo Único. Para dar cumprimento ao disposto no *caput* deste artigo, a Secretaria de Estado da Mulher firmará convênio, acordos e outros, com demais entes da Federação, podendo, inclusive contar com a colaboração de demais órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Paraná.

Art. 4º As atribuições da Secretaria de Estado da Mulher são as seguintes:

I - promover a interligação entre as ações governamentais que sejam voltadas para o atendimento da mulher;

II - formular e implementar políticas, planos, programas e ações voltados ao atendimento das necessidades básicas da mulher;

III - implantar núcleos jurídicos para dar à mulher o acesso a informações legais de seu interesse;

IV - implantar núcleos de atendimento à saúde para dar acesso as necessidades básicas próprias da mulher;

V - descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de Governo;

VI - articulação entre orçamento e gestão para garantir recursos financeiros tendo-se em vistas as ações que a presente lei autoriza executar;

VII - mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil em ações voltadas ao atendimento da mulher.

Art. 5º Ficam criados os cargos de provimento em comissão, com as denominações e símbolos que seguem:

I - na Secretaria de Estado da Mulher - SEMU: um (01) cargo de Secretário de Estado; um (01) cargo de Diretor-Geral de Secretaria de Estado, Símbolo DAS-1; um (01) cargo de Chefe de Gabinete, Símbolo DAS-5; e dois (02) cargos de Coordenador, Símbolo DAS-5;

II - na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP: um (01) cargo de Chefe de Grupo Administrativo Setorial, Símbolo 1-C; um (01) cargo de Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, Símbolo 1-C; e dois (02) cargos de Assistente Técnico de Grupo Setorial, Símbolo 2-C;

III - na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL: um (01) cargo de Chefe de Grupo de Planejamento Setorial, Símbolo 1-C; e um (01) cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, Símbolo 2-C;

IV - na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA: um (01) cargo de Chefe de Grupo Financeiro Setorial, Símbolo 1-C; e um (01) cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, Símbolo 2-C.

Art. 6º Ficam as Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros no orçamento estadual, necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 7º Cabe a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, a responsabilidade pela reformulação e implantação de todos os atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, necessários a implantação dos dispositivos desta lei.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários a implementação desta lei.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 064/10

Curitiba, em 28/06/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que trata da inclusão, no artigo 14 da Lei nº 8485, de 03/06/87, de 01 (um) cargo de Secretário Especial, o qual tratará dos assuntos afetos as Relações Internacionais.

A medida objeto desta proposta decorre da necessidade de coordenação de ações específicas, em áreas de relevante interesse para o Estado.

Com efeito, fortalecimento das ações que envolvem as Relações Internacionais, medida que objetiva implementar as ações governamentais do Estado e apresentá-las aos diversos Países do mundo que já se relacionam com o Paraná e outros que venham a demonstrar interesses por tais ações.

Saliente-se que a Constituição Federal do Brasil consagrou em seu texto os princípios que regem as suas relações internacionais, e dentre eles a integração econômica, política, social e cultural e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, legitimando desta forma, a presente medida.

Desta forma, esta ação será decisiva e fundamental para a implementação das políticas internacionais do Paraná com outros Países, especialmente acerca de mercados a serem desenvolvidos entre si e que, com certeza, terá reflexos econômicos para o povo paranaense.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI - Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica incluído, no artigo 14 da Lei nº 8485, de 03/06/87, 01 (um) cargo de Secretário Especial.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Curitiba, em 28/06/10.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente na Sessão Plenária do dia 29 do corrente mês, devido ao fato de estar com compromissos agendados anteriormente em Maringá e Região Metropolitana.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

(a) WILSON QUINTEIRO

Indicações**INDICAÇÃO Nº 126/10****SÚMULA:**

Sugere ao Exmo. Governador do Estado do Paraná a cessão de uso da área da denominada Base Náutica de Itaipulândia ao Colégio Estadual Agrícola Manoel Moreira Pena.

Senhor Governador:

O Deputado que o presente subscreve, sugere que a área de nominada Base Náutica, num total de 101,05 hectares, localizada na esquina Gaúcha, distante 16 quilômetros da sede do Município de Itaipulândia, seja, definitivamente, incorporada/cedida ao Colégio Estadual de Educação Profissional Manoel Pena, situado no Município de Foz do Iguaçu, mas que desde meados de 2003 a utiliza produtivamente, fazendo a devida preservação e dando caráter educacional a mesma, através da função pedagógica que representa junto ao corpo docente e discente do colégio referido.

A presente indicação justifica-se pelo fato de lá estar em andamento importante projeto pedagógico, qual seja a prática experimental e produtiva do campo em prol da comunidade e dos alunos e, também, preservando a área que vem sendo vítima de inúmeras tentativas de invasão ou incorporação por parte de terceiros.

Face ao exposto, aguarda-se o completo acata-

mento da sugestão aqui transformada em indicação, na forma regulamentar.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) RENI PEREIRA

INDICAÇÃO Nº 127/10**SÚMULA:**

Sugere ao Exmo. Governador do Estado do Paraná a criação de Clínica de Recuperação de Drogados, no Município de Foz do Iguaçu.

Senhor Governador:

O Deputado que o presente subscreve, sugere que o Poder Executivo paranaense, determine estudos urgentes e imediatos, para a criação ou parcerias com Associações, ONGs ou similares que ofertem Clínicas de Recuperação de Drogados, no Município de Foz do Iguaçu, em face da enorme demanda gerada pela utilização incontrolável das drogas lícitas e principalmente, ilícitas pela juventude paranaense.

A presente indicação justifica-se pelo fato de ter sido constatados por fontes, médicas e também por instituições afetas a proteção a infância e juventude não só naquele Município, mas em toda região de fronteira e em outras regiões do Paraná, o aumento geométrico da dependência química, com todas suas consequências nefastas perante a sociedade e a família paranaense.

Face ao exposto, aguarda-se o completo acatamento da sugestão aqui transformada em indicação, na forma regulamentar.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) RENI PEREIRA

INDICAÇÃO Nº 128/10**SÚMULA:**

Sugere ao Exmo. Governador do Estado do Paraná a criação de Clínica de Recuperação de Drogados, no Município de Francisco Beltrão.

Senhor Governador:

O Deputado que o presente subscreve, sugere que o Poder Executivo paranaense, determine estudos urgentes e imediatos, para a criação ou parcerias com Associações, ONGs ou similares que ofertem Clínicas de Recuperação de Drogados, no Município de Francisco Beltrão, em face da enorme demanda gerada pela utilização inconformável das drogas lícitas e principalmente, ilícitas pela juventude paranaense.

A presente indicação justifica-se pelo fato de ter sido constatado por fontes médicas e também por instituições afetas a proteção a infância e juventude não só naquele Município, mas em toda Região Sudoeste e em outras regiões do Paraná, o aumento geométrico da dependência química, com todas suas consequências nefastas perante a sociedade e a família paranaense.

Face ao exposto, aguarda-se o completo acatamento da sugestão aqui transformada em indicação, na forma regulamentar.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) RENI PEREIRA

INDICAÇÃO Nº 129/10

SÚMULA:

Sugere ao Exmo. Governador do Estado do Paraná a criação de Clínica de Recuperação de Drogados, no Município de Roncador.

Senhor Governador:

O Deputado que o presente subscreve, sugere que o Poder Executivo paranaense, determine estudos urgentes e imediatos, para a criação ou parcerias com Associações, ONGs ou similares que ofertem Clínicas de Recuperação de Drogados, no Município de Roncador, em face da enorme demanda gerada pela utilização incontrolável das drogas lícitas e principalmente, ilícitas pela juventude paranaense.

A presente indicação justifica-se pelo fato de ter sido constatados por fontes médicas e também por instituições afetas a proteção a infância e juventude não só naquele Município, mas em toda Região Central e em outras regiões do Paraná, o aumento geométrico da dependência química, com todas suas consequências nefastas perante a sociedade e a família paranaense.

Face ao exposto, aguarda-se o completo acatamento da sugestão aqui transformada em indicação, na forma regulamentar.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) RENI PEREIRA

INDICAÇÃO Nº 130/10

SÚMULA:

Propõe que sejam viabilizados ampliação, reformas e transporte escolar seguro e adaptação às necessidades dos alunos portadores de necessidades especiais da Escola de Educação Especial Recanto da Alegria Santa Mariana/PR.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Orlando Pessuti, propondo a viabilização de ampliações e reformas na Escola de Educação Especial Recanto da Alegria Santa Mariana/PR.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Educação Especial Recanto da Alegria Santa Mariana/PR necessita de banheiros adaptados (a escola não possui nenhum), transporte escolar (o atual está em condições precárias); quadra de esportes (a instituição já possui local reservado para a construção); parque infantil, sala para os técnicos (Fisio-

terapeutas, Fonoaudiólogos, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional e Psicólogo não possuem espaço para atendimento dos alunos); mais salas de aula; sala de educação infantil de zero a três anos (é necessário uma cozinha e um banheiro com fraldário); piscina (os alunos comprometidos fisicamente necessitam, a pedido médico, de hidroterapia térmica); reforma no refeitório (o atual é pequeno e não cabem todos os alunos que ainda realizam seus estudos no local) almoxarifado (ampliação); biblioteca, brinquedoteca e sala de vídeo (construção). Essa benfeitoria trará maior qualidade de vida aos alunos, além de contribuir para o desenvolvimento da Cidade.

INDICAÇÃO Nº 131/10

SÚMULA:

Propõe que seja viabilizada pavimentação asfáltica na PR/090 - rodovia do Cerne - Campo Largo até Castro.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado de Obras Públicas propondo a viabilização de implantar pavimentação asfáltica da PR/090, no Município de Campo Largo/PR até o Município de Castro/PR.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário tal obra frente ao fluxo de veículos que utilizam esta via.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2233

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 30/06/10, em Comissão Geral de Plenário, para a discussão dos Projetos de Lei nºs 273/10, que dispõe sobre a criação dos cargos de provimento em comissão que especifica, para a instalação de unidades regionais na Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, criada pela Lei nº 11354, de 14/03/96, para a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP; Projeto de Lei nº 201/10, Mensagem nº 038/10 - acresce ao anexo I da Lei Estadual nº 14269, de 23/12/03, o quantitativo de Cargos de Professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério Superior, destinados à Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), conforme especifica.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA

ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2240

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2242

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 864/07 item 05 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2228

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, a esta Mesa Executiva que realize Sessão Solene no dia 19 de novembro, das 09h às 12h, com título ORIRERE - Cabeças Iluminadas, a ser realizada no Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 2232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Danton Richlin da Rocha Loures, ocorrido no dia 20/06/10.

Dr. Rocha Loures, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Pioneiro do transplante cardíaco no Paraná, teve sua vida dedicada à Cardiologia.

Médico, professor universitário e supervisor da unidade funcional de Cardiologia e Pneumologia do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. Membro da Academia Paranaense de Medicina e titular da Sociedade Brasileira de Cardiologia e de Cirurgia Cardiovascular.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 2237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Francisco Hidalgo Grego, ocorrido no dia 25/06/10, no Município de São Carlos do Ivaí.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 86 anos de idade faleceu o Sr. Francisco Hidalgo Grego, deixou viúva a Sra. Helena Hidalgo, deixou ainda 12 filhos e 10 netos.

Francisco Hidalgo Grego, era companheiro do PMDB, sendo um dos desbravadores do Município de São Carlos do Ivaí, onde atendia com bastante carinho toda a população daquele Município.

Seu passamento veio abrir lacuna difícil de ser preenchida no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Pedimos ao Pai celeste que nossos amigos, familiares do Sr. Francisco Hidalgo Grego, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Hidalgo Grego endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2241

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do Sr. Gil Felicidade Dias, pioneiro em Maringá, falecido em Curitiba, em 27 de junho do corrente ano.

Gil Dias deixa a Sra. Maria Alice e três filhos.

Morreu aos 74 anos e deixa saudade na família e nos amigos conquistados.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2209

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações, pelo 16º Aniversário de Emancipação Político-Adminis-

trativa do Município de Marquinho, comemorado no dia 22/06/10.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Claudir Suchow, DD. Prefeito Municipal, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Do primeiro desbravador até os dias atuais, muito tempo já se passou nesta história de conquistas de um Município pujante que engrandece e orgulha a todos os paranaenses.

Marquinho acaba de completar 16 anos de emancipação política, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade. No passado a localidade se chamava Colônia Piquiri, pertencente ao distrito de Goioxim, parte do Município de Guarapuava.

Data de 1935 os primeiros passos do Município, com o fato de que os índios, habitantes da região, colocaram marcos de pedra na cabeceira do rio Marquinho, dando-lhe o nome de Arroio Marquinho. Posteriormente este local recebeu a denominação de Marquinho.

Nessa época, tais terras eram de propriedade do Governo e foram colocadas a venda para os interessados. A partir deste mesmo ano, famílias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Cruz Machado e Ponta Grossa adquiriram as terras de “mato”, as quais compravam por um preço razoável e parcelado, sendo que no primeiro momento se tratava de posse, e mais tarde passaram a adquirir títulos.

Mesmo com as dificuldades inerentes a um jovem Município, Marquinho contou com pessoas determinadas, que acreditaram no seu desenvolvimento e crescimento. Hoje, conduzido pelo Prefeito José Claudir Suchow, o Município é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população.

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 2210

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações, pelo 17º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Farol, comemorado no dia 23/06/10.

Requer ainda, que seja dada ciência a Exma. Sra. Dirnei de Fátima Gandolfi Cardoso, DD. Prefeita Municipal, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

No dia 23 de junho o Município de Farol e seus munícipes estão em festa com todo o merecimento

devido, pois há 17 anos a Cidade comemora o pleno sucesso de seu desenvolvimento. A data significa muito para o povo forte, que com seu trabalho deixa a marca de uma comunidade que possui papel decisivo no progresso e desenvolvimento social de Farol.

Data de 1942 o início de seu território, com a chegada de famílias oriundas do sul do Paraná. No ano de 1948 foi elevado a patrimônio chamando-se Pinhalão d'Oeste, sendo que permaneceu na condição de distrito de Campo Mourão por 37 anos.

O Município de Farol foi criado em 1991, porém oficialmente no dia 01 de janeiro de 1993, com uma mistura de sotaques e feições.

O nome Farol se deu devido ao cruzamento das estradas de Campo Mourão/Farol (Pinhalão d'Oeste), e Campo Mourão/Boa Esperança (Barreirão)/Arapuá (Barreirinha)/Janiópolis (Pinhalzinho). De acordo com seus pioneiros, no entroncamento destes caminhos às margens do atual rio Farol, existia uma placa de indicações dos principais rumos a tomar, como se fosse um farol para que os navegantes se orientassem, dando origem ao nome do rio e posteriormente do Município.

Mesmo com as dificuldades inerentes a um jovem Município, Farol contou com pessoas determinadas, que acreditaram no seu desenvolvimento e crescimento. Hoje, conduzido pela Prefeita Dirnei de Fátima Gandolfi Cardoso, o Município é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população.

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 2224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Município de Ourizona pela realização da VII Festa do Milho de Ourizona.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Sr. Janilson Marcos Donasan, Prefeito Municipal e ao Vereador Jose Luiz Volpato, Presidente da Câmara de Vereadores, CEP: 87.170-000 - Ourizona-PR.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Município de Paranaguá, pelos seus 362 anos de emancipação política.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Sr. José Baka Filho, Prefeito Municipal e ao Vereador Antonio

Ricardo dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores, Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2226

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Município de Umuarama pela passagem de seus 54 anos de emancipação política.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Sr. Moacir Silva, Prefeito Municipal e ao Vereador Marcelo Nelli, Presidente da Câmara de Vereadores de Umuarama-PR.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2234

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER que depois de ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Casa, votos de congratulações, para a Sra. Professora Isabel Cristina Domingues Soares Lopes, Diretora há 14 anos do Colégio Estadual José Luiz Gori no Município de Mandaguari.

Isabel Cristina atua há 25 anos na Educação e há 14 anos é Diretora. Graduada em Ciências e Matemática pela FAFIMAN, em Artes pela UNIOESTE e Administração pela UEM. Pós-graduada em Instrumentalização em Ciências; Administração, Supervisão e Orientação Escolar.

Atua há 25 anos na Educação e já há 14 anos na direção da escola. O Colégio José Luiz Gori, possui 1917 alunos, tendo entregue recentemente mais três salas de aulas para atender a demanda da escola. Na sua administração foram feitas as seguintes obras: calçamento, reforma na quadra de esportes incluindo a sua cobertura.

Promoveu reformas e refez a pintura de todas as salas de aulas investindo em recursos tecnológicos e eletrônicos para dar maior suporte e modernidade a escola, bem como, deu suporte para serem adquiridos os materiais para a Rádio local, dirigida pelo Grêmio Estudantil.

Atualmente o colégio oferece ensino fundamental e médio regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) além da recente implantação dos cursos profissionalizantes de Técnico em Química e Técnico em Alimentos; devendo já no próximo semestre iniciar o Curso Técnico de Nutrição e Dietética.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2236

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Tuneiras do Oeste pela passagem de seus 50 anos, no próximo dia 08/07/10.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Genival Alves de Lima, Prefeito Municipal, em exercício, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a população de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderá haver dia de festa mais jubiloso do que o próximo dia 08/07/10, quando o Município de Tuneiras do Oeste completará seus 50 anos.

Os primeiros homens de Tuneiras do Oeste, foram agricultores. Foi o instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirarem o necessário para o seu sustento e dos familiares.

Não foi, pois, às artes e às ciências que o homem dedicou os primeiros albos de sua inteligência e sim a agricultura. Não é sem razão, pois, que ela é tida como indústria-mãe.

Com efeito, quantas não são, nos tempos modernos, as indústrias que lhe são tributárias e quantas não têm por fim auxiliá-la, para que seu rendimento seja maior?

Quantos não são os grandes nomes célebres da história, no terreno das ciências e das artes, que não desdenharam de se entregar ao labor fecundo dos campos?

Se é verdade que a industrialização é a característica das grandes civilizações modernas, também é verdade que essa industrialização se baseia no progresso da agricultura.

A agricultura produz a matéria prima que a indústria consome, razão pela qual uma grande indústria precisa ter a condicioná-la uma agricultura orientada pela técnica e pela ciência.

Já se foi o tempo em que o empirismo reinava. Na época que vivemos o planejamento e a técnica vieram substituir os métodos rotineiros de antanho.

Hoje, a serviço da agricultura está a ciência e o homem de estudos. É nos laboratórios de pesquisas que se encontra a maior parte das soluções para os problemas agrícolas. Bem atilados andam, portanto, os que não desdenham o concurso dos técnicos e da ciência.

Fiquem, portanto, certos todos os senhores agricultores do Município de Tuneiras do Oeste, que o meio de vida que abraçaram é um dos mais nobilitantes dentre todas as atividades a que o homem possa se entregar.

Explorar a terra, cultivar as árvores e os cereais, desenvolver a pecuária, é concorrer para a satisfação das mais prementes necessidades do homem.

Não tomem, pois, como programa, homens do campo, desviar seus filhos para outras profissões que julguem mais nobilitantes, pois a que exercem é das mais

altas, certamente é aquela que mais puros prazeres deve proporcionar, pois que por ela o homem está mais em contato com a natureza que ainda é a fonte mais pura de onde flui a satisfação humana para o importante Município de Tuneiras do Oeste.

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém como Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores que por seus esforços tudo fizeram pela sociedade do Município de Tuneiras do Oeste.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em parabenizar toda a população do Município de Tuneiras do Oeste pela comemoração, no próximo dia 08 de julho, do seu 50º aniversário.

REQUERIMENTO Nº 2248

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao Cel. QOBM Jurandir André, Comandante do 5º Grupamento de Bombeiros - Maringá, pelos seus brilhantes serviços prestados para toda a região de Maringá.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2249

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao Ten-Cel. QOBM Antonio Luiz Ferreira da Silva, futuro Comandante do 5º Grupamento de Bombeiros - Maringá, desejando pleno êxito nos trabalhos a serem desenvolvidos pelo novo comando.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2229

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao casal Maria de Lourdes e Vicente Zilli.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao casal Maria de Lourdes e Vicente Zilli, que são exemplo a seguir ao comemorar neste ano as suas bodas de Alecrim, completando 62 anos de casamento. Uma união que gerou uma família unida e forte, fruto do amor, da tolerância, do perdão e da esperança. Um casal engajado na vida da Cidade de Curitiba, participativo, que traz consigo as fortes tradições italianas, cultivadas através do Coral Folclórico Italiano de Santa Felicidade.

REQUERIMENTO Nº 2230

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações aos Diretores e Conselheiros do Clube Curitibano.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos Diretores e Conselheiros do Clube Curitibano, que realizam um grande trabalho, demonstrando o caráter assistencial, desportivo, social, cultural e recreativo da entidade. Esta administração promove o bem estar dos associados e de seus familiares, disponibilizando uma excelente estrutura e incentivando a prática desportiva, dando sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade, executando diversas ações em prol dos carentes.

REQUERIMENTO Nº 2231

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Juíza Morgana de Almeida Richa.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Juíza Morgana de Almeida Richa, formada em Direito pela Universidade Federal do Paraná, é titular da 15ª Vara de Trabalho de Curitiba e integrante do Conselho Nacional de Justiça, órgão central administrativo do Judiciário brasileiro, onde representa os juízes trabalhistas de primeiro grau. Foi Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná. Destaca-se no cenário jurídico paranaense e brasileiro, não só por sua atuação judicante, mas também como interlocutora de seus colegas juízes junto a outros setores da sociedade.

REQUERIMENTO Nº 2220

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para o Sr. Orlando Pessuti - Governador do Estado, solicitando com a máxima urgência que seja viabilizado a liberação de um veículo utilitário para atender os programas de atendimento as famílias carentes, idosos, crianças e jovens, atender o programa de atendimento a mulher vítima de violência e atender o programa horta comunitária que visa combater a fome das famílias carentes, conforme ofício encaminhado pelo Sr. Claudinei de Souza - Diretor Administrativo da Secretaria de Assistência Social, do Município de Sarandi.

Requer ainda, após aprovado seja dado ciência ao Sr. Carlos Alberto de Paula Júnior - Prefeito Municipal, Vereador Cilas Souza Moraes - Presidente da Câmara

Municipal, Sr. Claudinei de Souza - Diretor Administrativo da Secretaria de Assistência Social e ao Sr. Renato Cardoso Machado - Coordenador da Região Metropolitana de Maringá.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2221

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para o Sr. Mario Sergio Stamm Junior - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência a implantação de uma passarela de pedestres na avenida Presidente Vargas, ligando o Jardim Santiago e bairros da região ao Conjunto Residencial São Fernando, no Município de Rolândia.

Requer ainda, após aprovado seja dado ciência ao Sr. Johnny Lehmann - Prefeito Municipal de Rolândia, aos Srs. Vereadores José de Paula Martins e Luiz Cesar Jaymes, através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal e para a Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para o Sr. Mario Sergio Stamm Junior - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência obras de recapeamento asfáltico na Rodovia BR-369 (perímetro urbano), no Município de Rolândia.

Requer ainda, após aprovado seja dado ciência ao Sr. Johnny Lehmann - Prefeito Municipal de Rolândia, aos Srs. Vereadores José de Paula Martins e Luiz Cesar Jaymes, através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal e para a Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2223

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para o Sr. Mario Sergio Stamm Junior - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência sejam instalados redutores de velocidade na Rodovia PR-170, em especial no quilômetro 07 e quilômetro 10, no Município de Rolândia.

Requer ainda, após aprovado seja dado ciência ao Sr. Johnny Lehmann - Prefeito Municipal de Rolândia, aos

Srs. Vereadores José de Paula Martins e Luiz Cesar Jaymes, através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal e para a Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 2227

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Orlando Pessuti, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado os Transportes, Sr. Mário Stann Júnior, para que promovam a readequação e melhorias na PR-471 entre os Municípios de Salto do Lontra e Nova Esperança do Sudoeste.

O trecho em questão da PR-471 (quilômetros 251 e 450) vem apresentando um índice de acidentes, e estes com muitos óbitos, muito acima do tolerável. A adequação de trecho à nova realidade de tráfego e as imediatas melhorias e recuperação da pavimentação são medidas necessárias e urgentes, razão pela qual este Parlamentar, e caso aprovado este requerimento, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicitam a especial atenção de nossos gestores estaduais.

Certo de que este é um pedido justo e que garantirá a vida de muitas pessoas, além de melhorar a economia da região, espero contar com o apoio e todos os nobres Parlamentares.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 2238

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Governador Orlando Pessuti, no sentido de determinar aos órgãos competentes para reabrir a Delegacia da Receita Estadual na Cidade de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sr. Governador: União da Vitória é o Município do Sul do nosso Estado que comanda vários Municípios, como: General Carneiro, Porto Vitória, Bituruna, Cruz Machado, Paula Freitas, Paulo Frontin, entre outros. Não só de pão material vive o homem, mas por igual do pão e do espírito. Um novo não se faz admirar, apenas pela sua força bruta, mas sobretudo, pelas criações do espírito.

Cultivar as letras é trabalho pela grandeza e pela glória de um Município. Cultivar a literatura é fugir as condições terrenas para se alcandorar nas regiões administradas pelos Municípios.

União da Vitória possui várias das grandes empresas madeireiras que dão emprego para milhares de trabalhadores.

Toda a região dos Municípios citados anteriormente são abastecidos por agricultores. Explorar a terra, cultivar as árvores e os cereais, desenvolver a pecuária, é concorrer para satisfação das mais prementes necessidades do homem.

Atendendo pedido de todo o meio empresarial é que temos certeza que o Sr. Governador irá determinar a reabertura da Delegacia da Receita Estadual em União da Vitória, para satisfação daquela população trabalhadora.

REQUERIMENTO Nº 2235

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam fornecidas a este Parlamentar as seguintes informações relativas aos servidores comissionados lotados na Administração desta Casa de Leis:

- Quantos funcionários comissionados estão atualmente lotados na administração desta Assembleia?
- Qual a lotação de cada um desses funcionários e data de nomeação?
- Houve alguma exoneração de funcionários comissionados nos três últimos meses?
- Os funcionários comissionados que migraram de gabinetes parlamentares para a administração foram exonerados? Quando?
- Anexar a lista de funcionários comissionados lotados na administração, constando nome, cargo, lotação e data de nomeação.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 303/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais próprios, delegados, terceirizados ou privatizados de água, luz, telefone fixo e móvel e gás, de entidades sindicais de trabalhadores e instituições de assistência social reconhecidas de utilidade pública estadual, desde que o imóvel esteja comprovadamente na propriedade ou posse das entidades e sejam usados para os fins determinados em seus respectivos estatutos.

Parágrafo Único. Nos casos em que o imóvel não for próprio, a comprovação do funcionamento deverá dar-se através de contrato de locação ou comodato devidamente registrado, ou ainda, da justificativa de posse judicial.

Art. 2º São definidas, para efeito do artigo 1º, as contas relativas a imóveis ocupados pelas entidades sindicais de trabalhadores e instituições de assistência

social, devidamente registradas e reconhecidas pela autoridade competente através do alvará de funcionamento.

Art. 3º As entidades e instituições referidas no artigo 1º desta lei deverão requerer, junto às empresas prestadoras de serviços, a insenção a que têm direito.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso VI, letra c, já prevê que sobre as entidades sindicais de trabalhadores e instituições de assistência social, é proibido instituir impostos, o que não vem, nos casos propostos neste projeto, sendo obedecido pelas empresas prestadoras dos serviços, sob a alegação da falta de legislação explicativa ou mais específicas, o que será suprida com a presente proposição.

Devo salientar que no Estado do Paraná, está em vigor lei que prevê a proibição da cobrança de ICMS para as igrejas e templos (Lei Estadual nº 14586/04), que foi aprovada por esta Casa de Leis, com o mesmo fundamento legal e com base na Constituição Federal, matéria amplamente debatida e julgada sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal - STF.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação do presente projeto de lei, que proíbe a cobrança do ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a entidades sindicais de trabalhadores e instituições de assistência social.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente hoje, profissionais do EMATER.

Inicialmente quero fazer uma questão de ordem à Mesa da Casa, já que no nosso Regimento não consta, na semana passada foram aprovados três requerimentos, por unanimidade, no Plenário em relação ao DER, se houve ou não aditivos contratuais em relação as concessionárias de 2003 em diante. O outro requerimento, se houve mudança de domínio ou titularidade em relação às concessionárias que originalmente ganharam a licitação para

exploração do pedágio no Paraná, e o terceiro se houve alteração da modalidade do seguro.

Em todos eles, se positiva a informação, pedimos cópia ou da publicação do Diário Oficial, ou do documento que normatizou a situação.

E a questão de ordem que quero fazer, verbalmente, e posteriormente faremos, se necessário por escrito, é quantos dias, regimentalmente, depois de aprovados no Plenário, que a 1ª Secretaria expede esses requerimentos para a Secretaria destinatária dos requerimentos para que comece a contar o prazo constitucionalmente previsto de 30 dias para a resposta.

E faço esta questão para que todos os Deputados tenham conhecimento se houve ou não, temos algumas informações que existem algumas irregularidades e temos pressa de saber isso, e preferencialmente se o DER conseguir retornar estas informações antes do recesso parlamentar, poderemos analisar durante o recesso, porque se eventualmente algumas informações nos levarem à nulidade das alterações, temos uma situação que o povo do Paraná e o Governo do Paraná já está na condição de credor das concessionárias, e tenho sérias suspeitas que é esta a realidade que está ocorrendo no Paraná, tanto é que já começou a mobilização, Deputado Elio Rusch para duplicar um trecho de Cascavel até Medianeira, ou pelo menos o trecho de Matelândia até Céu Azul, e temos que ter acesso principalmente aos aditivos e ver quando foram publicados esses aditivos, porque a norma em Direito Público é que o que não for publicado no Diário Oficial não existe. Então, se não existiram publicações de quaisquer transações contratuais tem que estar valendo ainda o contrato original e daí sim já temos alguns anos de atraso dessas obras.

Não adianta querer tapar o sol com a peneira e querer dizer que vão fazer até 2010 aqui e no ano que vem o outro. Se era já para ter sido feito vamos exigir inclusive as multas que o Governo deixou de aplicar, e faço isso e aproveito a presença dos funcionários do EMATER aqui para dizer que ontem foi acordado com a Liderança do Governo e da Oposição, Deputado Elio Rusch, Deputado Caíto Quintana, também com a presença do Deputado Elton Welter, para que retirássemos um artigo que paira inconstitucionalidade, não há dúvida nenhuma, pelo menos é o que me parece em relação a esta possibilidade de transposição, que era o artigo 16, que nós retiraríamos essa possibilidade de transição somente daquele projeto que diz respeito aos estatutários, não em relação aos celetistas. O projeto de lei dos celetistas, que são a maioria dos profissionais do EMATER, continuaria inalterado e seria aprovado. Num acordo nós tiraríamos essa possibilidade somente daquele projeto dos estatutários, para que ninguém ingressasse em juízo e anulasse todo o projeto.

Acho que todos que estão aqui, tanto os Deputados que manifestaram apoio aos funcionários do EMATER quanto as lideranças seja a presidência do EMATER, as lideranças do sindicato que aqui se fizeram presentes, querem um instrumento que funcione, não um que seja

questionado na Justiça e daqui a dois, três anos nós ainda estejamos discutindo e na prática vocês não tiveram condições de ascender nenhum grau ou qualquer tipo de benefício que estejam pleiteando.

Acredito que dessa maneira contempla o interesse do Estado do Paraná em garantir a posição e a ascensão dos atuais profissionais do EMATER. E em relação aos concursados, quando eles entrarem, se submeterão à regra constitucional de não haver transposição. Então, quero que entendam que foi muito discutido, amplamente apoiado por todas as lideranças, foi um projeto que foi votado em tempo recorde, chegou na semana passada, na terça-feira, no mesmo dia foi relatado, por mim e aprovado por maioria na CCJ. Na quarta de manhã o Deputado Strapasson convocou reunião extraordinária da Comissão de Finanças, foi aprovado, relatado pelo Deputado Dobrandino. Agora, o que queremos é aprovar uma lei que não parem dúvidas.

Quero tranquilizar que essa emenda diz respeito tão-somente ao projeto de lei dos futuros funcionários e daqueles que estão ingressando, por concurso público, como estatutários. Em relação aos celetistas que carregam o EMATER, por força da transformação em Instituto não alterou nenhuma vírgula do projeto de lei, que será provavelmente aprovado por unanimidade. Então, tomara que não parem dúvidas. Foi muito bem costurado aqui pelas Lideranças do Governo e da Oposição para que a Assembleia construísse com o EMATER do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Gostaria de saudar aos funcionários do EMATER, bem como aos advogados do Estado aqui presentes. Podem ter a convicção plena de que esta Casa fará tudo para que aprovemos, entre hoje e amanhã, todas as questões pertinentes ao EMATER e também a esta situação dos advogados.

Podem contar com isso, faremos tantas Sessões quantas forem necessárias para que haja tempo de aprovarmos isso.

Com a palavra o Deputado Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobres membros da Mesa, colegas Parlamentares, cidadãos que acompanham as Sessões desta Casa pela TV ao vivo e também pela internet.

Recebo da professora Luzia Fernandes um pedido: ela mora no interior do Paraná, é professora e está com vontade de vir lecionar na Capital. O que o nosso gabinete, a nossa equipe puder fazer, vai fazer com muita alegria.

Recebo e-mail do João Zacarias: *Olá. Deputado Belinati. Vejo a sua luta no melhor atendimento a nós paranaenses na falta de médicos e outras coisas que estão faltando para nós e os Deputados querem pôr*

dinheiro em estádio de futebol. Isso é uma falta de respeito com os paranaenses. Se está sobrando dinheiro na COPEL vamos primeiro cuidar da nossa casa e depois fazer cortesia com o chapéu dos outros. O Deputado Romanelli que olhe primeiro para nós para depois por dinheiro e estádio de futebol.

Em que pese a simpatia pelo Atlético, mas os demais clubes como é que vão ficar? Será que só um clube merece ser ajudado? Está sobrando dinheiro no caixa da COPEL e o lucro foi de mais de 1 bilhão. Se a COPEL teve tanto lucro é porque explorou o povo cobrando muito caro pela energia elétrica. Não venha com esse papo-furado que aqui a energia é barata, porque o chefe de família sabe o quanto ele tem que rebolar para poder pagar a conta da COPEL. Porque senão vem o caminhão da COPEL e corta a luz e o coitado tem que mentir para o vizinho, e o vizinho finge que acredita que foi um defeito no fusível. Quanta gente tem a conta de luz cortada, fornecimento de água, telefone, então, o Paraná deve ter simultaneamente 300 mil telefones que ficam mudos, porque está muito caro e a pessoa não pode pagar. Se sobra dinheiro no caixa da COPEL, a nossa posição é que tem que ser revertido baixando o preço da tarifa, ou iluminando melhor os bairros das Cidades do Paraná. Porque aquela nossa postura, onde mora o rico a iluminação é muito boa, mas onde mora a classe trabalhadora parece uma vela daqueles velórios da madrugada, não clareia absolutamente nada.

Temos o e-mail do Alceu Onda: *Venho pelo presente demonstrar meu grande descontentamento quanto à intenção de se destinar verbas públicas, ou da COPEL, para o término da construção da Arena da Baixada para a Copa de 2014.*

Os Deputados que são a favor devem pedir para os saqueadores do dinheiro público da Assembleia para investirem na obra.

O famoso Governador Manoel Ribas, conta a história que ele vinha a pé para o Palácio. Muitas vezes pegava um caboclinho e vinha andando com ele junto até o Palácio, sem saber que ele era o Governador.

Contam coisas fantásticas, até de um caboclo que perguntou onde era o Palácio, andando com ele. Ele disse: “O Palácio é logo ali, vamos junto. O que o senhor vai fazer no Palácio?” O caboclo: “Vou conversar com o Governador Manoel Ribas”. “O que o senhor vai pedir?” “É que sou do Norte Pioneiro e vou pedir para ele arrumar as nossas estradas, porque não dá para transportar a produção agrícola”. “E se o Governador disser que não vai arrumar a estrada?” “Aí vou dizer que ele é uma porcaria como Governador”.

De repente, chegaram ao Palácio e Manoel Ribas entrou por uma porta e o caboclo entrou pela outra. Quando deu a hora da audiência, para espanto do caboclo era o próprio o Governador. Manoel Ribas fez de conta que não tinha conversado com ele e disse: “Pois não?” “Ora, Governador, estou vindo aqui para reclamar que as estradas, lá, não dá para transportar”. “E se eu disser que

não vou arrumar a estrada?” “Bom, Exa., daí fica aqui aquilo que combinamos na hora que a gente estava vindo para cá.”

Agora não. Agora é uma frescura! Autoridade só vai para o interior, às vezes de helicóptero, com banda de música, com foguetório, com festa, com churrasco, e dá-lhe carregar criança no colo, tirar fotografia. “Ah, que bonitinho, beija o titio!”

Só que tem autoridade que se elege e depois é um parto, o povo não consegue mais nem dar bom-dia para a autoridade, só na próxima eleição.

Então, Sr. Governador Pessuti, não custa o senhor receber o cidadão que quer alertá-lo de coisas que estão acontecendo e que a COPEL pode corrigir.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

A Folha de Londrina mostrou hoje, em primeira página, a comemoração da vitória do Brasil: *Uso de bebida alcoólica e até de droga para crianças e para adolescentes durante a comemoração da vitória do Brasil*. Isso não pode acontecer!

O jornal da FEMOCRAN: *PP e PSDB oficializam chapa com Ricardo Barros ao Senado e Beto Richa em São Paulo. Alunos que estudam com apostila tem nota melhor*.

A Secretaria da Educação deveria pegar uma carona com essa matéria e fazer com que todos os alunos tenham acesso à uma apostila, de preferência de graça, principalmente ao aluno que é de baixa renda.

Está aqui a matéria que aluno que usa apostila tem melhor aproveitamento na escola.

A Folha de São Paulo: *Dilma terá tempo de TV 35% maior que o do Serra*. Vai aparecer a Dilma da TV. Nem sempre o horário resolve. Aureliano Chaves, Ulysses Guimarães falavam à noite toda na televisão e tomaram um baita de um “ferro”, cansou demais o povo. O saudoso presidente do Corinthians dizia: “É uma faca de dois legumes”. Quer dizer, ela pode alavancar e se for um chato ou uma chata na TV não vai ganhar eleição nenhuma.

O Paraná: *Número de novos policiais não atende à necessidade regional*. O Governo vem com aquela mentira: “Estamos contratando mais 500 policiais”, mas não conta quantos policiais morreram, se aposentaram, pediram baixa. Em resumo, o Paraná tem menos policiais que há 30, 40 anos, quando a população era a metade do que é hoje, por isso tanta violência, tanto crime. Esta noite mataram três de uma vez só.

O Jornal do Estado: *Trabalhadores da SANEPAR entram em greve a zero hora de amanhã. Três mil e quinhentos funcionários voltam a entrar em greve*.

Fico imaginando se entrar em greve a COPEL, a SANEPAR, abrimos a torneira e não ter água, apertar o botão da energia e não ter energia elétrica. Governador Pessuti, o bom é dialogar, chegar a um bom entendi-

mento, conversar com os servidores da SANEPAR, porque essa greve é justa e pode vir em grande prejuízo para o nosso povo.

Hoje, Deputado Alexandre Curi, a Comissão de Justiça não aceitou o meu projeto, porque disseram que é inconstitucional. Qual é a ideia do meu projeto? É que se coloque som nos principais cruzamentos das Cidades para facilitar a vida dos cegos.

Vira e mexe está na pauta veto do Governo a projeto aprovado pela CCJ, aprovado pelos 54 deputados e depois considerado inconstitucional.

Infelizmente, o projeto para ajudar o portador de deficiência auditiva levou um “pau” na CCJ, e o portador de deficiência visual vai continuar tendo dificuldade para travessia nos principais cruzamentos das Cidades do Paraná, porque o nosso projeto foi mandado para a gaveta, sob o argumento de que é inconstitucional ajudar o portador de deficiência auditiva.

O jornal O Estado do Paraná, sobre eleição aqui no Paraná: *Caciques atropelam militantes*. Um recado, aqui, aos senhores políticos. Eu nunca vi Cacique ganhar eleição. Na minha terra, toda eleição que chega, os Caciques se unem para nos derrotar. E em quatro eleições o povo já nos elegeu Prefeito de Londrina. Na última eleição usaram o vergonhoso “tapetão”. Esperaram o povo votar, eleger, o povo ainda estava comemorando e aí puxaram o tapete. Mas, o que queríamos nós conseguimos, que foi conquistar o coração do nosso povo.

Então, senhores políticos do Paraná, estou vendo muita reunião de Caciques aqui em Curitiba para discutir quem deve ser Governador, Senador, suplente. Eles combinam, Deputado Antonio Anibelli, V. Exa. que tem grande experiência na vida pública e na política e que faz exatamente o contrário, V. Exa. gosta de ouvir o povo. Mas esses Caciques não. Eles acham que se reunindo entre eles está resolvido, que quem o Cacique determinar que vai ser o Governador é ponto final. Que o povo vai e: “Sim senhor, sim senhor, é esse, é esse”. Calma! Quem ganha eleição é o povo e quem não se coligar com o povo, muito mais forte do que coligar com partido político, é a candidata ou candidato se coligar com quem manda, com quem é estrela, com quem é autoridade da eleição, que é nosso povo.

Para terminar, Deputado Reni Pereira, V. Exa. falou do EMATER, votamos a favor do projeto do EMATER. Daqui a pouco esta novela vai acabar. Felizmente. Mas vai acabar até tarde. Já passou a hora de ser feita alguma coisa por esse pessoal que trabalha com competência, com amor, com dignidade, que tem apego, tem muita gente que tem no EMATER seu segundo lar, como se fosse sua própria família. Tenho a impressão de que tem muita gente que passa a maior parte do seu tempo no próprio EMATER, atendendo ao Paraná como um todo, levando atendimento ao campo, levando atendimento a quem precisa. E este projeto será votado daqui a pouco, com o nosso voto, com o nosso apoio. Esta Casa, não tenho dúvida, vai votar a favor do projeto.

A única coisa que há, de questionamento, que há de errado, como demorou tanto tempo para se conceder o benefício para as funcionárias e funcionários do EMATER, na minha ótica deveriam pagar esse benefício retroativo. Estou vendo no Judiciário, no Ministério Público, em vários segmentos da vida pública, quando eles implantam benefício, implantam retroativo.

Então, por mim, e creio que deveria ser esta também a vontade desta Casa de Leis, ao votar esta matéria, colocar apenas uma vírgula e um complemento, duas palavras simples: efeito retroativo. E com este dinheirinho quem sabe o funcionário que está atolado no banco, na financeira, no agiota, ou está com vontade de comprar um carro, um terreninho, fazer sua casa, teria oportunidade, sim, porque se esta Casa está reconhecendo o direito que tem, muito justo, se estamos reconhecendo que é um projeto que corrige uma injustiça, na minha ótica, justiça maior se fará se dermos o efeito retroativo, para pagar lá para trás, desde o tempo que essa gente que-rida tem batalhado como funcionárias e funcionários do EMATER.

Contem com nosso apoio. Boa sorte, vitória a todos!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Temos aqui na Assembleia - Deputado Antonio Anibelli, que preside a Sessão de hoje - dois projetos do EMATER, sendo um que atinge os funcionários celetistas, que são todos os funcionários do EMATER, tanto no campo administrativo como no pessoal do EMATER que são os homens de campo, e tem um outro projeto do EMATER que cria o Plano de Cargos e Salários Efetivos do EMATER.

O Projeto de Lei nº 291, que altera a Lei nº 15171, aprovada em 2006, em princípio traria alguns benefícios para os funcionários do EMATER, mas na verdade os funcionários do EMATER só poderiam ter uma progressão, um avanço, uma gratificação por tempo de serviço, 12 anos após a aprovação dessa lei. Os funcionários, então, que têm hoje do EMATER, por exemplo, 25 anos de casa, só poderiam ser enquadrados nesse projeto de 2006 depois que completassem 37 ou 38 anos, quando já estariam prestes a se aposentarem e saírem da empresa.

Então, esta mensagem veio corrigir um erro que se cometeu com os próprios funcionários do EMATER e nós concordamos plenamente com esse projeto de lei que é exclusivamente dirigido aos funcionários do EMATER do quadro da CLT. Correto. Se aprovarmos este projeto, os funcionários, por tempo de serviço ou por desempenho técnico ou pela sua qualidade de trabalho, podem ter

uma progressão na linha horizontal e na vertical e dificilmente teriam, porque deveriam esperar 12 anos e este projeto corrige exatamente esta distorção e beneficia todos os funcionários do EMATER.

Então, este é um quadro que queremos deixar bem claro porque nós, Deputados da Oposição, discutimos isso com a nossa assessoria jurídica, discutimos com o Presidente do EMATER por duas ou três ocasiões e ontem à tarde ainda com a Liderança do Governo, com o Sr. Bandeira, que está aqui na tribuna, quando levantamos a questão de que não iríamos apresentar emenda alguma, com relação a este projeto.

E aliás, fomos mais além e pedimos até que ontem fosse realizada uma Sessão Extraordinária, para que pudesse ser aprovados estes projetos do EMATER, porque estamos em um ano eleitoral e as leis têm que ser aprovadas e sancionadas até o dia 30 de junho, senão não terão validade por causa da legislação eleitoral. Constatamos tecnicamente e falamos com o Presidente do EMATER e também com os técnicos que representam todos os funcionários, que da forma com que foi redigido havia um erro ao dizer: “A Lei nº 15171 passa a vigorar com a seguinte redação: “É um erro técnico legislativo, mas não iríamos jamais trazer qualquer complicador para que não se votasse o mais rápido possível, para atender a todos os funcionários do EMATER.

Procuramos com a nossa assessoria, junto com a assessoria da Mesa, com a Diretoria Legislativa da Assembleia Legislativa se isso poderia ser corrigido na Redação Final, o que vai acontecer hoje, em uma das Sessões Extraordinárias. Ao invés de dizer que Lei nº 15171 passa a vigorar com a seguinte redação você reenumera e passa o artigo 2º para artigo 1º e lá no final, no último artigo, diz: “Fica revogada a Lei nº 15171”. Legislativamente se faz a correção. E isso acordamos com que objetivo? Com o objetivo de ajudar a resolver o problema dos funcionários do EMATER. Resolvido esta questão deste projeto dos atuais funcionários do EMATER, temos uma outra mensagem agora, a mensagem que cria o Quadro Próprio dos funcionários do EMATER, até com número mais elevado dos atuais, devidamente elaborado. Só que constatamos com a nossa assessoria jurídica algumas inconstitucionalidades, como também já disse o Deputado Reni Pereira. Deputado Wilson Quinteiro, não adianta querermos de repente aprovarmos uma mensagem, uma lei, que tenha o objetivo de beneficiar os futuros integrantes do Quadro Próprio, ou seja, dos estatutários, dos efetivos do EMATER, se nós aprovarmos uma lei que possa ser questionada amanhã ou depois na Justiça. Isso nós temos que deixar claro. Para os atuais funcionários do EMATER não se mexe, aprova-se projeto de lei, sem problema nenhum.

Mas, para os funcionários que vão prestar concurso, porque os funcionários celetistas hoje do EMATER tem um quadro que será extinto. Na medida que vai vagando os cargos, seja nível médio, superior, qualquer nível, esses não mais serão preenchidos no quadro CLT,

mas será feito um concurso lá para os Quadros Efetivos da CLT. E a nossa Constituição e a Legislação, ela deixa muito claro, se você vai fazer um concurso público para o ensino médio, você não pode com concurso seletivo, interno, fazer uma promoção na vertical, para outro cargo, em outros níveis. Isso não é permitido. Onde isso tem acontecido são ações na Justiça arguindo a inconstitucionalidade. Estão caindo as leis.

Aos senhores do EMATER que aqui estão presentes e aos senhores Parlamentares, gostaria que prestassem muita atenção, a Assembleia Legislativa tem aprovado uma lei sobre a questão do Tribunal de Contas, o Governador, ele vetou. É idêntico a esse projeto que veio para cá para a promoção interclasse, ou um adicional, você faz um concurso no ensino médio e depois que você faz o curso superior você tem o adicional, você promove a pessoa. O Governador Roberto Requião vetou, nós derrubamos o veto, o veto caiu. Depois nos fizemos uma outra lei. O que a Procuradoria Geral do Estado fez sobre o EMATER? No dia 30 de março deste ano a PGE entrou com uma ADIN desta lei. Então, não vamos nós cometer o mesmo erro agora. Nós concordamos com o projeto em todas as atitudes, em todas as suas posições, apenas pedimos a exclusão do artigo 13 e do artigo 14 desse projeto de lei. O que é que diz o artigo 13? Não para os atuais funcionários do EMATER, mas para os futuros funcionários do EMATER que serão funcionários efetivos, o que diz o artigo 3º? Artigo 3º: “A promoção interclasse ocorrerá somente quando houver necessidade de preenchimento de vagas, ou criação de ocupação funções em classe superior e que o servidor se encontra, obedecido e estabelecido no anexo 2 dessa lei”. Isso não é correto, isso é inconstitucional, isso é ilegal.

Se nós formos aprovar essa lei alguém entra na Justiça, e eu acredito que o primeiro que vai entrar na Justiça é a PGE que já entrou na Justiça em relação àquele projeto que nós aprovamos, a lei que existe do Tribunal de Contas. Vamos criar sim um plano de cargos dos futuros integrantes do quadro do EMATER mas aprovar a lei dentro da sua legalidade, dentro da sua legitimidade, aí se faz necessário, sim senhores, excluir o artigo 13º. O artigo 14º passa a integrar o artigo 8º, só em forma de parágrafo 6º, mas com uma pequena alteração. O que diz o artigo 14º na sua íntegra: “os títulos de escolaridade deverão ser de instituição de ensino reconhecida e não poderão ser computados”, apenas incluir a seguinte frase: “os títulos de escolaridade deverão ser de instituição de ensino reconhecida, por ente público competente”. Se for ensino médio, e ente público competente é o Estado, se for curso superior o ente público competente é o MEC, ou seja, o Governo Federal.

São essas alterações que pedimos para fazer. Também fazer uma alteração no artigo 11º que diz o seguinte: “a promoção poderá ser interclasse nas áreas de classe de cada uma das classes”. Corretíssimo! Interclasses não poderá haver porque é ilegal. Ou interclasse de uma classe para outra. Isso não pode! E pedimos para suprimir

isso, porque também suprimimos o artigo 13º do projeto de lei. São essas alterações que fizemos.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Quero deixar bem claro, todos nós Deputados queremos resolver o problema do EMATER. Aliás, os representantes do EMATER, quando discutiram conosco, tiveram um argumento muito forte, falaram que, enquanto alguns funcionários do EMATER tiveram a oportunidade de estudar e conseguiram ter os seus avanços. O pessoal do campo, do interior, só trabalhando, trabalhando, trabalhando não tiveram essa oportunidade por ter o avanço por tempo de serviço. Embora a lei que foi aprovada por esta Casa em 2006 ela impede esse avanço. Só pode ter avanço por tempo de serviço depois de 12 anos. E estamos corrigindo isso. Sempre tenho defendido o EMATER em todos os cantos. O EMATER presta um grande trabalho, principalmente para o pequeno e mini agricultor do Estado do Paraná, através dos seus técnicos. Sempre fomos parceiros do EMATER. E queremos ser e seremos sempre. Agora, não podemos criar uma nova lei para os futuros funcionários que haverão de fazer um concurso para entrar no quadro dos efetivos do EMATER com vício de inconstitucionalidade.

Essa correção que temos que fazer e é isso que estamos fazendo. Ontem, quando conversamos, houve a concordância de permanecer o artigo 16º, sem problema nenhum. Ele não interfere na interclasse. Ele não permite uma promoção por teste seletivo interno. Isso é constitucional. É permitido o que diz o artigo 16º, que debatemos ontem aqui. Mas o que não pode permanecer é o artigo 13º e os seus incisos. E fazer outras adaptações de acordo com aquilo que estamos propondo e aquilo que acordamos com os técnicos e os representantes do EMATER.

Por esta razão, pedimos e já assinamos, junto com o Deputado Caíto Quintana, que não é normal, senhores funcionários do EMATER, de transformar o Plenário em Comissão Geral. Ontem, apresentamos o requerimento em conjunto a Liderança do Governo e Liderança da Oposição, ou seja, 54 Deputados representados, para transformar o Plenário em Comissão Geral para que as emendas possam ser analisadas hoje.

Entramos em contato, também com o Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, que se faça tantas Sessões Extraordinárias quantas forem necessárias, para que possamos resolver o problema dos nossos funcionários do EMATER. No entanto, não vamos correr o risco do segundo projeto que apresentei, dos futuros integrantes do EMATER, de sofrermos uma ADIN, amanhã ou depois, que não se possa nem fazer concurso, e se faz concurso os funcionários poderão ser contratados e corre o risco de se devolver o dinheiro, amanhã ou depois, como já tem acontecido em alguns casos.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, primeiro, gostaria de parabenizar a V. Exa. pela exposição que faz destes dois importantes projetos, que pudemos apreciar na Comissão de Finanças. Eu como Presidente, V. Exa. como relator, tivemos uma conversa, uma reunião, um entendimento, juntamente com os representantes dos trabalhadores, dos servidores do EMATER, assim como seu Presidente, para dar celeridade a este projeto. De todos os Srs. Deputados, sem dúvida, sempre houve a maior boa vontade em dar celeridade a este importante projeto, especialmente o Projeto nº 291, que trata de fazer justiça aos atuais técnicos do EMATER, especialmente aqueles que trabalham em Municípios pequenos do interior, que não tiveram a oportunidade e nem o merecimento de avançar na carreira. Creio que o nosso Governador Orlando Pessuti faz muita justiça ao encaminhar este projeto a esta Casa.

Tenho certeza que não tenho emenda, como é decisão de todos os Srs. Deputados, no Projeto nº 291, sem dúvida, teremos a aprovação nesta semana e esse projeto começa realmente a fazer justiça àqueles que, de forma silenciosa, trabalham diuturnamente em centenas de Municípios do Estado do Paraná.

Está de parabéns a Assembleia Legislativa. Que Deus abençoe a todos os servidores do EMATER e o nosso Governador Orlando Pessuti, que teve a sensibilidade de encaminhar a esta Casa um projeto para corrigir a distorção que, há muito tempo, sentiam os nossos servidores e funcionários do EMATER.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço a V. Exa., Deputado Edson Strapasson, que presidiu a Comissão de Finanças, e eu fui relator desse projeto. Queríamos corrigir essa técnica legislativa que tinha no projeto com uma emenda. No entanto, se fôssemos apresentar a emenda, o projeto voltaria para a Comissão de Constituição e Justiça. Aí é que nós trabalhamos, para que esta correção fosse feita na redação final que vai acontecer hoje, na Sessão Extraordinária, para beneficiar efetivamente os nossos funcionários do EMATER. Fizemos isso porque não se trata agora nem de Oposição, nem de Situação, estamos defendendo o EMATER, porque os Governos passam e o que permanece são seus técnicos e seus profissionais, e os profissionais do EMATER sempre têm prestado um grande trabalho em favor da nossa agricultura no Estado do Paraná.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, daqui a pouco vou falar sobre este tema, mas queria cumprimentar a V. Exa., até porque quando se faz leis erradas vira os micos que estão nos jornais hoje, não é? Os micos que o povo paga. Está

cheio de mico de lei mal feita, enquadramentos de forma errada, e que depois acaba pagando e beneficiando algumas pessoas. Depois vou tocar neste tema.

Quero cumprimentar a V. Exa., porque acho que as leis têm que ser bem feitas e legais.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pois é, Deputado Jocelito Canto, esta lei, da forma que ela está, se não suprimirmos o artigo 13, estamos cometendo exatamente esse erro que foi alertado, hoje, por alguns órgãos de imprensa.

Então, temos que ter cuidado para fazer as coisas o mais perfeitas possível.

Sabemos que ninguém é perfeito, erros acontecem, existem, sempre existiram e sempre vão existir. Mas agora estamos corrigindo esse erro e com uma rapidez extraordinária, estamos transformando o Plenário, hoje, em Comissão Geral, já estão acertadas as Sessões Extraordinárias para que possamos terminar essa votação, se tudo correr bem, no dia de hoje, e possa ser mandado o autógrafo para o Governo do Estado para que ele possa sancionar com a data de amanhã ou, talvez, ainda com a data de hoje para beneficiar os nossos técnicos do EMATER. É esse o nosso único objetivo que tivemos nessa rapidez.

Agradeço a presença de todos os técnicos do EMATER, agradeço, do fundo do coração, a compreensão dos Srs. Parlamentares para que não venhamos aprovar da forma como está para não incorrerem num erro, porque a partir do momento que você quer fazer uma progressão interclasse é necessário você ouvir toda a sociedade, toda a população, num concurso público. Ter interclasse, sim, essa promoção pode existir, tanto vertical, como horizontal, mas não entre níveis. Isso não pode existir, sob pena de ser arguida inconstitucional essa lei e todo o trabalho que estamos fazendo agora cair por terra, inclusive para os futuros integrantes do EMATER.

Muito obrigado a vocês e contem conosco.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Diferente dos Deputados que me antecederam, eu não vou fazer um longo pronunciamento para os trabalhadores do nosso EMATER. Apenas quero firmar o meu compromisso com todos os senhores e senhoras e dizer que sei da importância dessa instituição, dizer que tenho no nosso mandato a parceria, e parabenizar pelos 50 anos de trabalho ao lado do nosso produtor rural. Então, o meu compromisso com as senhoras e com os senhores já está

firmado e já o fiz via correio eletrônico, já o fiz quando me pronunciei diante de alguns técnicos que me inquiriram anteriormente.

Subo à tribuna, rapidamente, para deixar registrado nos Anais desta Casa a importância do dia de amanhã para o nosso, para o meu Partido Verde. Amanhã o PV vai fazer a sua convenção. e diferente dos demais partidos, os quais respeito muito, vamos para uma convenção com tudo resolvido, teremos o prazer de ter na nossa convenção a nossa candidata à Presidência da República, Marina Silva, e uma chapa completa, candidato a Governador do Estado do Paraná, a Senador, uma chapa completa, inclusive com muitas mulheres à Assembleia Legislativa e à Câmara Federal. Então, vamos nos confraternizar e oficializar o que já é consenso há alguns meses. Graças a Deus, dias melhores para o PV do Paraná. Dias melhores, porque, por favor, estão difíceis os nossos dias aqui no Paraná. É uma pena que estejamos vivendo essa situação.

Gostaria que todos os partidos tivessem os seus candidatos. Queria poder ter uma campanha com confronto de ideais, onde cada paranaense pudesse escolher o melhor para toda a nossa sociedade. As coisas não são como queremos. Mas, de qualquer forma, quero firmar este convite, e por ser uma convenção sem conflito é que eu posso estender esse convite a todas as pessoas que estejam interessadas a conhecer um pouquinho mais de perto a nossa Marina Silva.

Eu estava lendo um jornal, rapidamente agora, com uma questão assim: *A chegada de um operário ao Poder tirou 25 milhões de pessoas da pobreza e mostrou que é possível crescer com distribuição de renda.* O Presidente Lula não precisa de um opositor, mas de um sucessor, que saiba reconhecer as suas conquistas e fazer o País avançar mais, fazer mais e melhor. O povo brasileiro perdeu o medo de ver um Silva no Palácio do Planalto. Não tenho dúvida nenhuma que a comunidade dessa política com aprimoramento, fazendo as coisas que não foram feitas, seria possível uma outra Silva, a Marina. Muitas coisas avançaram, mas a reforma político-partidária nunca saiu do papel. A reforma tributária nunca saiu do papel e muitas outras essenciais, para que nunca mais percamos o rumo e o caminho do nosso desenvolvimento. A Marina Silva está preparada para isso, para dar continuidade.

Gostaria apenas que as coisas fossem menos injustas. Hoje, a Folha de São Paulo traz que a candidata do PT, Dilma, terá nove minutos de televisão se tudo acontecer da forma como tem ocorrido até agora. O candidato Serra terá sete minutos de televisão. A candidata Marina Silva terá um minuto e nove de televisão. Por isso, os convido para a convenção, para ouvir os debates, a ler as entrevistas que a Marina dá na mídia escrita, ouvida e televisionada, para que vocês possam corrigir um pouquinho essa injustiça, que é essa pseudodemocracia. Porque é difícil querer que as pessoas tenham as mesmas chances de conhecer as propostas dos candidatos.

Então, a chance que eu quero que o Brasil dê para a Marina é de ouvi-la, e depois vocês terão condições de escolher o melhor e tenho certeza que o farão com maestria.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a propósito do momento político que vive o Paraná e nesse preâmbulo do processo eleitoral, gostaria de propor à Assembleia e aos paranaenses que me ouvem pela televisão, uma reflexão feita pelo filósofo Alex de Tocqueville, no seu livro *A Democracia na América*, publicado nos idos de 1840.

Nesse livro fantástico sobre a era democrática nascente, o filósofo francês liberal fala que a prosperidade dos Estados Unidos da América era uma consequência do equilíbrio, entre o interesse próprio e o interesse geral.

O equilíbrio entre o interesse das próprias pessoas e o interesse de todas as pessoas, o interesse geral; o equilíbrio entre a ambição pessoal e o respeito pelos valores éticos e religiosos fundamentais. Como sabem, os Estados Unidos havia sido fundado por pioneiros evangélicos, de grande tradição ética. O filósofo continua: *Sem esse equilíbrio entre o interesse próprio e o interesse geral o milagre americano não teria sido possível.*

Pois bem, o nosso Paraná vive um momento de elaboração das chapas políticas voltadas para a próxima eleição. O nosso Paraná merece um debate. O nosso Paraná não pode ir para a eleição com um único candidato a Governador. O nosso Paraná precisa da discussão onde a classe política, abrindo às vezes mão do seu interesse próprio, se preocupa e se incomoda com o interesse geral.

O Paraná, se fosse comparado a um País da Europa, poderia ser a França. Da França não temos o Louvre, não temos a bomba atômica, os aviões supersônicos e nem a Primeira dama tão bonita que é a Carla Bruni. Mas, da França temos a semelhança com a potência energética, com os campos, com a grande metrópole que é Curitiba. E com o conjunto dessas 20 grandes Cidades do interior que orgulham a todos os paranaenses. E mais ainda com o conjunto das outras 380 Cidades de pequenas e médias comunidades, que fazem deste Paraná uma potência. O que se vê hoje parece mais um torneio de ambiciosos tentando ser mais espertos do que a espreiteza, tentando superar uns aos outros sem a preocupação com o interesse geral.

O meu apelo, a minha prece, nós cristãos de tradição católica hoje celebramos São Pedro, o primeiro após-

tolo, o escolhido por Cristo para ser o fundamento da sua Igreja e a continuação da sua obra, se me for dado fazer um pedido a Deus, hoje eu pediria que na política do Paraná sobrevivesse sobre o interesse individual e a ambição pessoal, o interesse geral. Vale o Evangelho de São Pedro quando foi escolhido. Cristo não lhe perguntou como ia nas pesquisas. Jesus não disse para Pedro: “Pedro você vai bem na pesquisa?” Não disse. Cristo não lhe perguntou quanto tinha de dinheiro, quanto trazia para a campanha. Jesus não disse para Pedro.

Cristo não disse para Pedro: “Sua barca está carregada de ouro? Sua barca tem dinheiro para comprar a popularidade dos que se vendem a preço de ocasião?” Não. Cristo perguntou a Pedro, singela e simplesmente, com a luz da sua palavra iluminada: “Pedro tu me amas?” e Pedro, por três vezes, respondeu: “Sim, Senhor eu te amo”. E por que respondeu que o amava? Recebeu do Senhor a lição: o amor é a condição da missão.

Senhores candidatos a Governador do Paraná, o amor é a condição da missão. O Paraná é uma terra com as melhores e as mais escolhidas das gentes. O Paraná pode, merece e deve ser amado, porque é o amor ao Paraná a condição da missão.

Era isso.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto, por 15 minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tenho um pouco de dificuldade de entender o discurso do Deputado Greca, ele fala muito filósofo, eu não sou desta era, sou mais jovem, eu me atrapalho um pouco quando ele fala nos filósofos dele.

E V. Exa. falou de Pedro, que ama Jesus, Jesus, Pedro, Pedro não sei o quê, misturou com os políticos, eu não entendi nada, sinceramente não compreendi nada.

Eu só fiquei me perguntando: mas não foi Pedro que negou Jesus três vezes depois? Foi Pedro, não é, Deputado lobinho? É coisa da política, já tinha política naquela época, Jesus...

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Em favor do Evangelho, São Pedro negou Jesus sobre a pressão da noite da traição e da paixão. Foi no momento em que o Senhor era arrastado e levado à cruz, mas quando São Pedro o confirmou, tanto ele como Jesus

estavam iluminados pelo Espírito Santo e pela vitória da ressurreição.

Nós pretendemos que os candidatos a Governador do Paraná sejam iluminados por esse interesse geral que é a virtude dos governantes que faz a felicidade do povo e não sejam temerosos como era o pobre apóstolo na hora em que cantava o galo. Não é a hora do galo cantando. Agora é hora de servir uma terra luminosa, grandiosa, forte, chamada Paraná. Caudal, imensidão, grande destino, terra que merece dos filhos todo amor e toda dedicação.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Deputado Jocelito, só para esclarecer, eu não fui lobinho, eu fui escoteiro. Escoteiro do movimento maravilhoso que o Baden Powell fundou e que tem princípios de vida fantásticos. Mas eu fui escoteiro, mas lobinho teria sido um prazer ter sido.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Está certo. Eu sempre confundo e falo que é escoteiro, mas escoteiro e lobinho é uma categoria igual, um mais juvenzinho e outro um pouquinho mais velhinho, não é? Mas é tudo escoteiro, gente boa, mas é em homenagem ao nosso querido Capitão, não é?

Mas, Deputado Greca, eu continuo, V. Exa. só não me peça aparte porque não dá mais tempo, mas V. Exa. me confundiu mais ainda. Eu não sei se o senhor falou para o Beto Richa, o Pessuti, o Osmar Dias, não sei para quem. Para os três? Então tá, agora entendi, é para os três, e para os quatro também. Eu só não compreendi o negócio de negar, que um dos três negou. Não é o Osmar Dias que negou a candidatura, é isso? Pode ser. O Deputado Greca é maravilhoso.

Traduzindo, o Deputado Greca usou mais um filósofo que eu nem ouvi o nome desta vez, mas vou usar o filósofo Luiz Geraldo Mazza, da Rádio CBN: “Está tudo possuído.” É verdade.

Mas, Sr. Presidente, eu queria falar hoje, depois deste momento de descontração, a polícia do Paraná está virando quase um CQC, está quase no CQC.

Sr. Presidente, protocolei ontem um requerimento muito importante, e que às vezes passou despercebido por esta Casa, em que peço informações à Mesa Diretora da Casa sobre o que estamos vendo acontecer aí sobre funcionários que foram efetivados na Casa e que vivem de situação que nos deixa um pouco preocupado. Estamos vendo o pessoal do EMATER aqui para votar o seu projeto, vamos votar a favor, não tenham dúvida nenhuma, só lamentamos que esses projetos só tenham vindo no fim do Governo. Todo Governo é assim: só no fim!

Difícilmente um projeto desses vem no começo do Governo, vem sempre aos 44 do segundo tempo ou já na prorrogação.

Eu fiz um requerimento ontem para essa confusão que está envolvendo o Orlando Pessuti e eu não vi a

Assembleia, até aqui, falar alguma coisa, eu não vi a Assembleia expedir uma nota explicando o que é isso que está nos jornais.

Eu vi a Mesa dizer que é de outra gestão, mas espere aí: outra gestão? Mas quem dirige a Casa neste momento é uma Mesa Diretora que deveria esclarecer essa situação, porque estamos vendo uma revista de mídia nacional acusar o Governador! Agora ouvimos o Governador dizer que vai processar a revista, que não é verdade que ele recebeu, mas vemos hoje no jornal que existe irregularidade em contratações. Mas será que é só do Pessuti? Será que é só a contratação do Pessuti que aconteceu através dessa Lei nº 10219 de 1992? Como eu não sei, fiz um requerimento, foi aprovado ontem, está com a Mesa para esclarecer quantos funcionários foram efetivados lá atrás e de que forma foram efetivados. Havia legalidade nisso? Podia a Assembleia fazer essa legalidade? Então quero saber agora se é só o Pessuti, se é só uma questão política ou se tem mais gente, lá atrás, que foi efetivada.

Acho que a Assembleia deve isso ao povo do Paraná, mostrar ao povo do Paraná a verdade. Quantos são? Vinte, 30, 50, 200, quantos foram efetivados? Estavam de acordo com a lei? A Assembleia não informou isso, aí deixa dúvida, todo mundo fica comentando! Não houve uma explicação da Assembleia: “A lei foi feita assim”. Eu vi no jornal que tem uma ADIN que contestou isso e caiu a lei, eu vi isso hoje.

O requerimento está aqui, vou aguardar que a Mesa nos informe quantos foram, porque eu saiba não é só o Pessuti, tem muito mais aí. Então, vamos ver se podia fazer isso. Eu disse que todas as dúvidas eu perguntaria, usaria o direito que me cabe para buscar essas informações. Hoje também estou protocolando um requerimento para ver a questão dos cargos da administração se foram pagos ou não. Eu pedi, não tive a informação, está aqui protocolado, aqueles cargos que migraram para a administração se foram pagos ou não?

Também aproveito esta Sessão para dizer que a Casa precisa cumprir as coisas que assina, as resoluções. Por exemplo: dia 12 de maio foi publicada a Resolução nº 09, que institui a gratificação de apoio para os servidores efetivos da Casa e até agora não foi paga! Quer dizer, foi paga para os cargos em comissão, mas não foi paga para os funcionários da Casa. Isso não é justo! “Tem funcionário que não trabalha!” Manda embora! Não vem trabalhar, manda para casa! Agora, não é justo que os que trabalham não tenham o mesmo direito dos cargos em comissão que já receberam! A Assembleia não pode fazer isso, está cometendo um ato que não é correto, os funcionários devem receber aquilo que está na Resolução nº 09, que deve beneficiar cargos em comissão, mas deve beneficiar os servidores efetivos da Casa. Eles também têm o mesmo direito. A mesma Resolução nº 009 concedeu verba de representação de 80% para todos os servidores portadores de nível superior, que também não foi

pago. Estamos aqui hoje com os advogados, tratando de um projeto de interesse deles.

Mais uma vez cuidamos da Casa do Executivo e não cuidamos da nossa Casa. Mas, porque não paga? Por que a diretoria não paga os 80%? Isso aqui é uma resolução, é uma lei. Por que alguém acha que está acima da lei aqui dentro! Só pode! Tem uma resolução que diz: pague-se quem tem ensino superior. Vamos pagar!

Vamos aprovar uma lei, agora, para beneficiar os advogados. Justo. Vamos também beneficiar quem tem curso superior. Quem tem curso superior estudou, está na lei, precisa receber.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por que a Casa não pagou 5% de aumento para os servidores de toda a Assembleia? Por que não pagamos aos nossos servidores? O Governo pagou, o Ministério Público pagou, o Tribunal de Justiça pagou, alguns pagaram retroativo. Nós aqui nunca pagamos retroativo. Aliás, nós nunca pagamos! Os servidores desta Casa não receberam os 5% no mês passado e neste mês. Não sei por que. Se recebeu o Executivo, todo mundo, por que os servidores da Casa não receberam?

Volto a dizer, se existe algum problema com os servidores que não estão trabalhando, manda embora! Não podemos machucar os que trabalham bem porque alguns não vêm trabalhar. Não é justo! Os que não querem trabalhar que sejam mandados embora. Mas os que estão trabalhando aqui, que tenham o mesmo direito. Porque eu conheço muitos servidores desta Casa que trabalham muito bem, os efetivos. Agora, não se pode prejudicar os que trabalham muito bem porque os outros não estão querendo trabalhar. Isso é injustiça!

Quero retificar aqui, pedir à Mesa que faça o pagamento dos 5% do mês passado e deste mês que os nossos servidores não receberam. Não precisa dizer que a Casa não tem dinheiro, tem um orçamento maravilhoso. Para ter uma ideia, o orçamento da Assembleia é melhor que o orçamento da Prefeitura de Ponta Grossa, então dá para fazer um monte de coisas.

Deputado Tadeu com a palavra.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Quero, além de me somar ao vosso pronunciamento, fazer duas ponderações: estamos votando hoje no item 02, a primeira votação foi ontem, hoje é a segunda votação, o Projeto de Lei nº 249/10, que na verdade faz alteração do Anexo III da lei que votamos há um tempo atrás aqui, que é aquela Lei da Reestruturação nº 16390, que inclui a possibilidade de gratificação também aos funcionários da Assembleia que não da carreira jurídica e taquigrafia.

O que parece-me que deve ser colocado aqui é quantos são os cargos que podem ser comissionados? Qual é o número de comissionados? Podem ser todos? Podem ser gratificados todos os comissionados? Qual a gratificação que pode ser dada? Porque senão vamos con-

tinuar sem saber exatamente quanto está se pagando de gratificação para quem e como.

Esse é o requerimento que foi apresentado à Mesa, já foi aprovado ontem. Hoje, se houver outro, vamos votar favorável. Agora, acho também, Deputado Jocelito, que precisamos ter respostas. Há um pedido feito por cinco Deputados da Mesa e tenho acompanhado, Deputados Elton Welter, Pastor Edson, Deputada Cida Borghetti, Deputados Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, que solicita, como V. Exa. está fazendo, que os cargos que migraram de gabinetes, não aqueles que são cargos que obviamente são da estrutura da Assembleia e que estavam na direção da Casa, mas os cargos que migraram de gabinetes de Deputados que sejam todos revistos. V. Exa. lembra disso. Não podemos ter um Deputado que tinha 10, 20, 30 quantos cargos a mais e que para arrumar isso, porventura, tenha migrado para a administração.

Até agora não obtivemos resposta. É preciso que se dê um voto de confiança até o dia 30, porque é o dia que se fecha todos esses processos e vamos ter, na sequência, a publicação de todos os trabalhadores aqui na Assembleia Legislativa. Esperamos que aqueles que migraram por esse processo não estejam na lista. Se estiverem vamos ter mais problemas.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Deputado Romanelli levantou aqui um tema que me chama atenção e os líderes deveriam se reunir imediatamente para tratar desse assunto.

Lideranças partidárias. O Deputado Romanelli fez uma conta aqui que o PMDB tem 17 e tem direito a um gabinete de liderança igual a um partido que tem três Deputados. Isso está totalmente errado!

Os Deputados dividem os cargos entre assessores que trabalham nessa liderança parlamentar. Se você fizer a conta, por exemplo, o PPS três Deputados, tem uma liderança e tem o direito de nomear 12 cargos, é mais um gabinete. Com esse direito que tem cada Deputado passa a ter 3.2 cargos, enquanto o PMDB não tem nenhum por Deputado. Isso está errado e precisamos acertar já para tirar. Precisamos enfrentar isso, resolver essa questão.

Por exemplo, o PTB, hoje, estamos em dois Deputados, não temos liderança nenhuma. O partido que tem três tem direito a um gabinete inteiro que chega a R\$ 60 mil que pode nomear. Não acho isso correto. O direito deveria ser para todos e isso é acertado aqui dentro do Regimento Interno da Casa.

São algumas coisas que precisamos tratar dentro do Parlamento.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Acho que V. Exa. cumpre um papel importantíssimo a favor do Paraná e a favor da Assembleia no momento em que questiona esta Casa, levantando questões da envergadura dessa que, pelas páginas da revista Veja, tentou enlamear e envergonhar o nosso Governador Orlando Pessuti.

Acho fundamental que a Mesa esclareça. Apelo ao Presidente Nelson Justus e ao Presidente desta Sessão, Deputado Anibelli, que haja um esclarecimento formal e oficial da Mesa, porque é muito grave que se coloque em questionamento o Governador do Estado. É muito importante que a Mesa se reporte a questões passadas, porque a Assembleia é a atual Mesa e toda a sua história. Não pode a Mesa, numa questão funcional, dizer que não sabe do que se trata, porque não diz respeito ao seu mandato. Pode, num primeiro momento. O Deputado Alexandre Curi deu uma entrevista, num primeiro momento, dizendo que não tinha informação, que não era ato assinado por si. Mas para isso existem Anais Legislativos, temos uma Mesa de pessoas anotando tudo que aqui sucede, há o conjunto dos atos oficiais e não há porquê não se dar eco ao seu pedido.

Tem todo o meu apoio! Obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Acho que é para esclarecer que a revista disse que o Pessuti recebeu. Que venha a Mesa e diga: “Olha, está aqui oficialmente, não recebeu.” Acabou a confusão. Porque se não dá margem a essa discussão que vemos aí há dúvida, e quem tem que prestar informação é a Casa.

Por isso que fiz esse requerimento e espero que a Mesa nos informe o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Jocelito e Deputado Rafael Greca, não tenho a responsabilidade de responder, mas vou responder.

O Governador Orlando Pessuti, como exercia um mandato parlamentar desde 1983 e funcionário público, como uma lei que o Governador Roberto Requião mandou a esta Casa e esta Casa votou, 30 mil funcionários celetistas foram efetivados no Estado do Paraná, e provavelmente o Deputado Reinhold Stephanes Júnior, que foi Secretário da Administração do Governo Jaime Lerner, não sei em que ano. A realidade é esta. Trinta mil funcionários, o Governo era uma bagunça e ninguém sabia onde estavam. E esses funcionários e a Constituição de 1988, promulgada no dia 5 de outubro por Ulysses Guimarães, eu Presidente da Assembleia instalei a Constituinte Estadual e colocamos um artigo na nossa Constituição que os nossos funcionários do Estado que estivessem prestando serviço nesta Casa seriam transferidos da origem para esta Casa. Foi isto o que ocorreu.

Não existe nada de anormal. E o Deputado Orlando Pessuti, qualquer Parlamentar funcionário, eu fui funcionário desta Casa, sou aposentado; o Deputado Reni Pereira é funcionário do Estado e deve ter mais alguns Deputados que são funcionários do Estado, quando exercem mandatos eletivos optam pelo salário de Parlamentar, tanto Federal, como Estadual, Senador ou Governador do Estado. A realidade é esta. Fala quem não sabe. Talvez por ser mais velho eu sei e respondo. Não em nome do Presidente Nelson Justus. Respondo pela

minha vivência parlamentar e como funcionário e Deputado desta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Deputado Antonio Anibelli, é importante seu esclarecimento, até porque passa pela televisão para todo o Paraná e é importante dizer, em língua bem simples bem clara: o Governador Orlando Pessuti não recebeu, jamais, dois salários.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Nunca! É proibido!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Nem recebeu o que se atribui aos supostos fantasmas, um salário por debaixo do pano.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Desde 1983 o Governador Orlando Pessuti exerceu o mandato de Deputado Estadual e optou pelo salário Parlamentar. E quando assumiu o Governo, logicamente que optou pelo salário de Vice-Governador, que é superior cinco, seis ou oito vezes maior que o de funcionário do EMATER ou funcionário da Casa.

E quero dizer mais: o projeto dos 5%, quando esta Casa ficou esperando, quando o Governador Roberto Requião mandou o projeto dos 5% para o funcionalismo estadual, eu fiz um projeto de resolução, assinei, esta Casa votou e esse projeto tornou-se lei na Assembleia. Votamos todos os outros Poderes, os outros pagaram e nós não pagamos. É uma vergonha que isto tenha ocorrido. Ou por falha da Mesa ou por falha dois funcionários. Vamos esclarecer e saber. Amanhã eu direi, talvez da tribuna e não da presidência, o porquê os funcionários foram os primeiros a ter votado. Nós nunca poderíamos votar um projeto para os outros Poderes sem votar os nossos funcionários, que eles possam receber as mesmas coisas.

É um erro da Casa, da Mesa ou da administração. Amanhã esclarecerei.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para complementar V. Exa., que preside a Sessão, mesmo dizendo que não fala em nome da Mesa, mas é Vice-Presidente, faz um comunicado que até agora não se tinha, oficial, dizendo que o Governador não recebeu o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

É a verdade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

É a primeira notícia que sai. E quando V. Exa. admite que os funcionários não receberam os 5%, V. Exa. também fica indignado. Temos que cuidar aqui, porque a Casa tem uma direção. É preciso cuidar disso, senão daqui a pouco vamos passar por omissos e que não man-

damos nada. Os diretores têm que fazer o que determina a resolução! É isso.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Exatamente. Muito obrigado, Deputado Jocelito Canto.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 054/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná - PMPR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 056/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que cria a Secretaria de Estado da Mulher. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 064/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que trata da inclusão, no artigo 14 da Lei nº 8485, de 03/06/87, de 01 (um) cargo de Secretário Especial, o qual tratará dos assuntos afetos as relações internacionais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente, comunicando que estará ausente na Sessão Plenária do dia 29 do corrente mês, devido ao fato de estar com compromissos agendados anteriormente em Maringá e Região Metropolitana. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 126/10, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a cessão de uso da área da denominada Base Náutica de Itaipulândia ao Colégio Estadual Agrícola Manoel Moreira Pena. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 127/10, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a criação de Clínica de Recuperação de Drogados, no Município de Foz do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 128/10, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a criação de Clínica de Recupera-

ção de Drogados, no Município de Francisco Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 129/10, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a criação de Clínica de Recuperação de Drogados, no Município de Roncador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 130/10, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a viabilização e ampliações e reformas na Escola de Educação Especial Recanto da Alegria Santa Mariana, no Município de Santa Mariana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 131/10, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, propondo a Secretaria de Estado de Obras Públicas a viabilização de implantar pavimentação asfáltica da PR-090, no Município de Campo Largo até o Município de Castro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2240, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, requerendo que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão, com a diminuição de interstício. **Aprovado.**

Serão algumas Sessões para que possamos votar o Projeto da EMATER, dos Advogados e os que estão na Ordem do dia, porque a pressa é em virtude da última Sessão, amanhã, do mês de junho e as restrições que estabelece o calendário eleitoral de não podermos acrescentar salários ou vantagens tanto a Municípios como ao pessoal do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo no período eleitoral. Então votaremos todas as matérias. Pedimos a paciência dos Srs. Deputados para fazermos tantas Sessões quanto se fizerem necessárias, para atendermos os visitantes e a responsabilidade que nos cabe.

Está em votação o requerimento do Deputado Caíto Quintana. **Aprovado.**

Requerimento nº 2233, de autoria dos Deputados Caíto Quintana e Elio Rusch, constante do expediente, requerendo a transformação da Sessão Ordinária de 30/06/10, em Comissão Geral de Plenário, para a discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 273/10 e 201/10. **Recebido. Protocole-se. Decorrido o prazo regimental de 24 horas, incluir em Plenário para deliberação. À Diretoria de Assistência ao Plenário, para providências.**

Ficará para ser votado amanhã, caso seja necessário.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 175/10, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera o artigo 1º, da Lei Complementar nº 081, de 17/06/88, que foi alterada pelas Leis Complementares nºs 086/00 e 091/92, que institui a Região Metropolitana de Londrina. (Instituída pelos Municípios: Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Iporã, Rolândia, Sertãozinho, Tamarana, Primeiro de Maio e Alvorada do Sul). **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 175/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, da Lei Complementar nº 081, de 17/06/88, que foi alterada pelas Leis Complementares nºs 086/00 e 091/02, que institui a Região Metropolitana de Londrina:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Iporã, Rolândia, Sertãozinho, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul e Assaí.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28/06/10.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/10, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera o Anexo III da Lei nº 16390/10 e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/10, que fica instituído o Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, que

organizará os cargos públicos de provimento efetivo, em carreira única, denominada Carreira Técnica de Extensão Rural e em cargo único, denominado de Agente de Assistência Técnica e Extensão Rural. COM PARECER DA CCJ. COM EMENDA DA CF.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 290/10

Os Deputados apresentam, com dispensa de apoio, nos termos do artigo 139, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, a presente Emenda Modificativa e Modificativa ao Projeto de Lei nº 290/10, que institui o Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, em carreira única:

Modifica-se a redação do artigo 17, acresce-se o parágrafo primeiro e transforma-se o texto do atual artigo 17 no parágrafo segundo do mesmo artigo, com a seguinte redação:

“Art. 17. Os funcionários integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, regido pela Lei nº 13666/02, ocupantes do cargo de Agente Profissional e Agente de Execução, em exercício no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, nomeados após aprovação do concurso público, realizado nos termos do Edital nº 197/06, ficam automaticamente enquadrados no presente Quadro Próprio e Plano de Carreira, no cargo de Agente de Assistência e Extensão, na classe com vencimento igual ou imediatamente superior ao seu vencimento base do QPPE.

§ 1º O candidato aprovado no concurso público acima referido, de Agente de Profissional ou Agente de Execução, previsto no Anexo III, para atuação em extensão rural, nos termos da Lei nº 13666/02, para prestar serviço no Instituto EMATER, será investido no cargo de Agente de Assistência e Extensão, nos termos desta lei.

§ 2º As vagas não ocupadas serão providas através de concurso público específico para o Quadro Próprio do Instituto EMATER”.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(aa) BETI PAVIN, DOBRANDINO DA SILVA, EDSON STRAPASSON, ELTON WELTER, PÉRICLES DE MELLO e LUCIANA RAFAGNIN
JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta emenda é estabelecer a devida previsão legal para que os servidores em exercício no Instituto EMATER, investidos em cargo público, após a devida aprovação em concurso público, realizado após a autarquiaização de entidade, passem a integrar o Quadro Próprio, para fins de uniformizar todos os servidores estatutários do Instituto EMATER, a exemplo do que já

foi realizado pela Lei Complementar nº 123/08, que instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, que, em seu artigo 32, estabeleceu regra idêntica.

A atual redação dá harmonia e coerência ao *caput* do artigo 17 do projeto original, o qual passa a ser o parágrafo segundo do mesmo artigo, pois qual a razão de manter a redação de que: *As vagas não ocupadas serão providas através de Concurso Público específico para o Quadro Próprio do Instituto EMATER*, se o presente plano destinar-se-ia exclusivamente ao provimento de cargos decorrentes de concursos públicos vindouros, sem aproveitar aquele já realizado?

O parágrafo primeiro estabelece que os candidatos aprovados no concurso público já realizado e referido no texto da lei, introduzido nas disposições provisórias, quando eventualmente convocados, serão providos no cargo previsto na presente lei que cria o Quadro Próprio de Pessoal do Instituto EMATER, em consonância aos candidatos aprovados no mesmo concurso público e já convocados e nomeados, previsto no *caput* do mesmo artigo 17, com a nova redação ora apresentada.

É inequívoco que os servidores aprovados no concurso de 2006, nomeados no ano seguinte e, desde então, estão em exercício na função de extencionistas junto ao Instituto EMATER. Portanto o rigor das atividades institucionais cabíveis, exercíveis ou exercitáveis pelo Instituto EMATER, todas elas, é verdade, já estão sendo exercidas pelos servidores que ora se reposiciona no lugar devido.

Não se trata de burlar a exigência do concurso, pois eles prestaram concurso para integrar o quadro próprio do Instituto EMATER, implicitamente, e apenas não textualmente, pois na época não havia o Quadro Próprio. O princípio do concurso público foi atendido, portanto.

Casos semelhantes já foram analisados pelo judiciário e declarados constitucionais, como foi do auditor de finanças públicas e de fiscal de tributos estaduais, do Estado do Rio Grande do Sul, onde se permitiu, sem exigir-se novo concurso público, a criação de uma única carreira, de agente fiscal do tesouro.

Da mesma forma, o Supremo Tribunal Federal, reconheceu a constitucionalidade da Medida Provisória nº 043, de 25/06/02, analisada na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2713, que transformou os cargos de assistente jurídico da Advocacia Geral da União em cargos de Advogados da União.

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, ARTIGO 11 E PARÁGRAFOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 43, DE 25/06/2002, CONVERTIDA NA LEI Nº 10549, DE 13/11/2002. TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS DE ASSISTENTE JURÍDICO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO EM CARGOS DE ADVOGADO DA UNIÃO, ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTIGOS 131, *CAPUT*; 62, parágrafo 1º, III;

37, II E 131, parágrafo 2º, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Preliminar de ilegitimidade ativa “*ad causam*” afastada por tratar-se a Associação requerente de uma entidade representativa de uma categoria cujas atribuições receberam um tratamento constitucional específico, elevadas à qualidade de essenciais à Justiça. Precedentes: ADI nº 159, Rel. Min. Octavio Galloti e ADI nº 809, Rel. Min. Marco Aurélio. Presente, de igual modo, o requisito de pertinência temática, porquanto claramente perceptível a direta repercussão de norma impugnada no campo de interesse dos associados representados pela autora, dada a previsão de ampliação do Quadro e que pertencem e dos efeitos daí decorrentes. Não encontra guarida, na doutrina e na jurisprudência, a pretensão da requerente da violação ao artigo 131, *caput* da Carta Magna, uma vez que os preceitos impugnados não afrontam a reserva de lei complementar exigida no disciplinamento da organização e do funcionamento da Advocacia-Geral da União. Precedente: ADI nº 449, Rel. Min. Carlos Velloso, Rejeição, ademais, da alegação de violação ao princípio ao princípio do concurso público (Constituição Federal, arts. 37, II e 131, parágrafo 2º). É que a análise do regime normativo das carreiras da AGU em exame apontam para uma racionalização, no âmbito da AGU, do desempenho de seu papel constitucional por meio de uma completa identidade substancial entre os cargos em exame, verificada a compatibilidade funcional e remuneração, além da equivalência dos requisitos exigidos em concurso. Precedente: ADI nº 1591, Rel. Min. Octavio Galloti. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

Na presente proposição resgatam-se os servidores que ingressaram, via quadro do Poder Executivo, para o Quadro Próprio do Instituto EMATER, que prestaram concurso público exatamente para prestar serviço no EMATER.

Deixar uma parcela dos servidores estatutários do EMATER em um quadro e os que vierem a ingressar nos próximos concurso em outro, ambos submetidos a concurso público de similar dificuldade e exigências, com iguais atribuições do cargo, não converge para a racionalização dos cargos e carreiras, que é um legítimo propósito da Administração Pública.

A interpretação da Constituição não deve ser meramente literal, mas sistêmica, pois as leis não são ilhas isoladas.

Por isso não se deve considerar provimento derivado ou transposição, formas espúrias de provimento de cargos públicos, a recolocação ou adequação dos servidores admitidos após a aprovação no devido concurso público, com a finalidade de prestar serviço no Instituto EMATER, porém, na época, investidos em cargo que integra a carreira geral do Poder Executivo, por falta de

Quadro Próprio na época, para, com a presente lei, que cria o quadro próprio do Instituto EMATER, harmonizá-los, sem privilégios.

EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02

A presente Emenda Supressiva e Modificativa ao Projeto de Lei nº 290/10, originário da Mensagem nº 061/10 do Poder Executivo, objetiva suprimir o parágrafo 2º do artigo 11, e os artigos 13 e 14 da redação proposta, modificar a redação do *caput* do artigo 11, conforme segue e, renumerar o parágrafo 1º do artigo 11, como parágrafo único e, sucessivamente, os artigos subsequentes.

“Art. 11. A promoção poderá ser intraclasse, nas séries de classe de uma mesma classe.”

Parágrafo Único. Na promoção intraclasse, o servidor promovido será enquadrado salarialmente na referência inicial da série de classe imediatamente superior a que se encontra”.

Sala da Sessões, em 29/06/10.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA, MARCELO RANGEL E PLAUTO MIRÓ.

JUSTIFICATIVA:

Os dispositivos que pretendem-se suprimir ou modificar com a presente emenda, trazem conceitos que podem ensejar questionamentos judiciais posteriores, inviabilizando o funcionamento da carreira.

Não é crível que promoções ocorram entre classes com requisitos de escolaridade diversas.

Nas hipóteses aventadas, havendo vagas o preenchimento deve, necessariamente, obedecer o mandamento constitucional do concurso público.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 03

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 290/10, originário da Mensagem nº 061/10 do Poder Executivo, objetiva acrescentar novo parágrafo ao artigo 8º, numerando-o como parágrafo 6º, conforme redação que segue, idêntica à redação originalmente proposta para o artigo 14, cujo comando normativo ficou deslocado em face da supressão do artigo precedente.

...

“Art. 8º ...

§ 6º. Os títulos de escolaridade deverão ser de instituição de ensino reconhecida por ente público competente e não poderão ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento de carreira.”

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(aa) ELIO RUSCH, RENI PEREIRA, MARCELO RANGEL, PLAUTO MIRÓ E DOUGLAS FABRÍCIO.

JUSTIFICATIVA:

A regra trazida pela presente emenda visa esclarecer que a titulação de escolaridade exigida deve ser expedida por estabelecimento com reconhecimento oficial, em consonância com as exigências constitucionais.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, rapidamente quero já aproveitar para encaminhar o item nº 03 e o item nº 04, que são dois projetos relacionados ao EMATER, a nossa empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do nosso Estado. Quando foi aqui discutida e votada a autarquização do EMATER, fui extremamente contrário, por entender que o EMATER teria que ter naquele momento em que se estava votando a autarquização, alguma forma de segurança no seu quadro funcional para que pudéssemos então, continuar tendo os préstimos e o trabalho dessa, que é uma empresa exemplar no nosso Estado e referência para o nosso Brasil. Todos nós sabemos que o EMATER, ao longo dos anos, tem contribuído decisivamente para que a nossa agricultura, a nossa pecuária, tenha sido expressão sempre daquilo que todos nós nos orgulhamos no Paraná; ou seja, o EMATER tem contribuído decisivamente para que o Paraná, continue ainda sendo apesar do pouco território que temos, o Estado com a maior produção desse nosso País.

Então, acho que esse projeto, vindo do Poder Executivo, esses dois projetos que são colocados aqui com relação ao EMATER, são extremamente importantes, acho que são consensuais, tenho certeza que todos os Parlamentares vão votar, e acho que é o mínimo que podemos fazer para colaborar com esses técnicos, com esses funcionários, enfim, com essa empresa que é um orgulho para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o Deputado Zucchinho lembrou aqui como que foi a votação há três anos e meio atrás de um projeto extremamente polêmico, que foi a votação há três anos e meio atrás de um projeto extremamente polêmico, que foi a autarquização. Estão alguns companheiros do EMATER, o Ivo Petri está aqui e eu lembro que à época inclusive foi dito que nós teríamos cerca de 1 mil e 500 a 2 mil técnicos contratados. Infelizmente não foi possível, tivemos um número muito menor. Mas, o que se faz hoje na verdade, com a aprovação desse projeto, é justiça aos trabalhadores do EMATER, e principalmente reconhecer que quando foi feita aquela autarquização ficou o Governo do Estado, ficou a Assembleia Legislativa, de certa forma com um débito com os trabalhadores do EMATER.

Então, hoje vamos votar a favor dos dois projetos, porque votei contra a autarquização na época, fomos derrotados, votamos contra por entender que ela não cum-

pria aquilo, que era o espírito principal, que era a missão do EMATER, e que certamente com esse processo que está sendo feito aqui hoje, de alguma forma é recuperado e é feito justiça aos trabalhadores do EMATER.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Encerrada a discussão, votaremos o Requerimento nº 2208, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Caíto Quintana, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação das Sessões Plenárias de 29 de junho de 2010, em Comissão Geral de Plenário para votação dos Projetos de Lei nºs 290 e 291/10.

Em votação o requerimento. Os Líderes da Oposição e da Situação, Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o requerimento.** Em votação o projeto. Antes porém a assessoria informa que existem três emendas de plenário, devidamente apoiados por vários Srs. Deputados. Três emendas que os senhores líderes devem ter em mãos cópias.

(Lê emendas)

Esta Presidência recebe as emendas e designa o Deputado Elton Welter para relatar as três emendas.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, é de conhecimento desta Casa quando o EMATER foi autarquizada que desde aquela época, já se pleiteava a votação dessa lei para regulamentar a contratação, efetivar o Quadro dos Cargos do EMATER. Este Governo acabou fazendo concurso público para funcionários do EMATER, contratando veterinários, agrônomos e técnicos agrícolas e foram efetivados pelo Quadro Próprio de Pessoal. Estou falando em relação à Emenda nº 1. Esses técnicos já são funcionários efetivos do EMATER, fizeram concurso público do Edital nº 197 de 2006. Esses técnicos foram contratados a partir desse concurso público, foram contratados com base do QPPE, que é o Quadro Próprio de Pessoal do Estado. Eles são todos funcionários do EMATER. E a mensagem do Governo não veio com essa proposta. E, em discussão com o Líder do Governo, com o Poder Executivo é de suma importância que essa legislação seja contemplada com essa redação que a emenda prevê que diz o seguinte no artigo 17.

(Lê o artigo 17)

Sr. Presidente, essa emenda é fundamental que seja aprovada para fazer justiça, para aqueles que já foram concursados e já foram empossados como funcionários do EMATER. Na época se tivéssemos a legislação que estamos votando hoje, esses funcionários já estariam nomeados nos termos da lei que estamos votando hoje. Por isso, é importantíssima a votação dessa lei.

Com relação às Emendas nºs 2 e 3, como relator, entendemos que a argumentação dos autores é pertinente. E, defenderia que, para aprofundarmos mais esse debate, em função do tempo, seria salutar que fizessemos uma Audiência Pública, mas não é possível. Então, vamos

acatar essas emendas tanto a dois como a três e esperamos a votação por unanimidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está em discussão o parecer do relator. Para encaminhar Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, a Emenda nº 3 não altera nenhum interesse dos servidores do Estado que compõem o Quadro do EMATER. Até porque mantém, legítima cursos que sejam feitos, desde com escolas reconhecidas ou pelo Estado ou pela União. A Emenda nº 2 apresentada pela Oposição, teve parecer favorável e também encaminhamos favoravelmente. A Emenda nº 1, até para que algum Parlamentar possa questioná-la e para que fique claro a posição da Liderança, há por parte da área do Governo, interesse que esse lapso seja corrigido através de uma emenda.

Não temos uma complementação na mensagem original, porque a lei não nos permite que após o início da votação de uma matéria, ela possa ser complementada pelo Governo. Então, como ontem foi votada a primeira discussão, estamos votando em segunda discussão no dia de hoje. É neste dia que entram as emendas.

Esta emenda mereceu parecer favorável do relator, é uma emenda que poderá ser apreciada depois de aprovada pelo Executivo que, eu volto a dizer, já manifestou o interesse de que ela seja aprovada. Portanto, na condição de Líder da Bancada do Governo, solicito aos nossos Pares que votem a favor das três emendas aqui relatadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação o parecer do Deputado Elton Welter às três emendas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Deputados que aprovam o Projeto nº 209 do EMATER permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação as emendas. Emendas nº 01, 02 e 03 englobadas. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovadas.**

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, só para justificar efetivamente o entendimento que houve entre a Liderança do Governo, a Liderança da Oposição e até com o próprio Quadro do EMATER, acho que estamos corrigindo algumas falhas que houve no projeto, na mensagem original, como também procuramos efetivar os funcionários que já estão trabalhando, hoje, no EMATER, apresentada através da emenda também do Deputado Elton Welter, que tem relatado. Acho que tudo isso vem colaborar. Acho que é por esta razão que o Parlamento existe. É falar, discutir,

conversar, aperfeiçoar aquilo que entendemos que está errado.

Então, quero agradecer ao Deputado Caíto Quintana, como Líder do Governo, pela compreensão que teve em relação às emendas, como todos os Parlamentares, a emenda que apresentamos junto com o Deputado Reni Pereira, diga-se de passagem é o Deputado Reni Pereira que tem levantado essa questão, junto com a nossa assessoria, e houve esse entendimento para que pudéssemos aperfeiçoar este projeto.

Agradeço a todos e parabenizo ao EMATER.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência parabeniza a inteligência da Oposição e Governo, em votar assuntos de interesse do Estado do Paraná e desta classe que tanto trabalha pelo nosso povo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/10, que dispõe que a Carreira do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, de que trata a Lei nº 15171/06, passa a denominar-se Carreira Técnica de Extensão Rural, sendo extinta ao vagar. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 864/07, de autoria dos Deputados Elton Welter e Péricles de Mello, que institui normas de responsabilidade educacional no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 166/07, de 17/12/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 864/07

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria dos Deputados Elton Welter e Péricles de Mello, institui normas de responsabilidade educacional no Estado do Paraná.

Em síntese, a norma estabelece regras que obrigarão os entes a fixarem metas para o desenvolvimento da Educação.

Torna obrigatória a inclusão de anexos às leis orçamentárias tratando da educação, detalhando programas, projetos e ações.

Torna obrigatória também a elaboração do Mapa Educacional que evidenciará o real quadro da Educação no Estado.

A proposição obriga a realização de Audiências Públicas de prestação de contas, criação de Fórum para acompanhamento das ações, dentre outras medidas.

Se aprovada, a lei criará parcerias entre o Governo Estadual, Governos Municipais, Conselho Estadual de

Educação e entidades da sociedade para viabilizar as ações. Em nosso entendimento, a proposição está dentro da competência do Estado para legislar e não fere a competência privativa do Chefe do Executivo para iniciar a lei sobre a matéria.

Preocupa-nos o fato de não existir medida que penalize os agentes públicos que não cumprirem as metas estabelecidas nas leis orçamentárias e as demais medidas exigidas por esta lei.

Neste sentido propomos emenda para determinar que o não cumprimento da norma e, principalmente, das metas estabelecidas, caracteriza ato de improbidade administrativa com as sanções cabíveis.

Para assegurar a efetividade dos objetivos da lei propomos emenda aditiva estabelecendo as sanções pelo descumprimento da norma.

A emenda apresentada apenas reafirma o contido no artigo 11 da Lei 8429/92 que considera ato de improbidade o desrespeito aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, em especial o da legalidade.

O parecer é pela tramitação da proposição com a emenda apresentada pois está dentro dos limites e prerrogativas da Assembleia Legislativa do Paraná.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA PROJETO DE LEI Nº 864/07

P A R E C E R :

ADITE-SE ao projeto de lei artigo com o seguinte teor:

“Art. ... o descumprimento ao disposto nesta lei, bem como o não cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, no tocante à Área de Educação, caracteriza ato de improbidade administrativa por parte do Chefe do Executivo e Agente Político responsável pela área de Educação em cada ente, nos termos da Lei Federal 8429/92.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 864/07

P A R E C E R :

Relatório

O desenvolvimento do Estado passa por aplicar um amplo processo educacional. Para tornar eficaz esta ação é necessário haver a integração entre os participantes deste processo e respeitar a responsabilidade de cada envolvido, bem como, proporcionar o diálogo entre as

partes possibilitando a execução adequada do programa cumprindo as metas estabelecidas.

Parecer do Relator

Este projeto possibilita aprimorar o processo democrático e contribui na elevação da qualidade do ensino no Estado do Paraná.

Considerando estes o parecer é favorável e pede-se pela aprovação.

Sala das Comissões, em 31/03/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2242, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 2 (duas) Sessões, no Projeto de Lei nº 864/07.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/09, de autoria do Deputado Mário Roque, que insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Dia de Paranaaguá em Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 084/09, de 03/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 362/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei visa inserir, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Dia de Paranaaguá, tendo em vista que, desde o ano de 2006, o Centro Paranaense Cultural de Curitiba realiza o Dia de Paranaaguá em Curitiba, uma festividade que busca a valorização de artistas plásticos de Paranaaguá, através da exposição de suas obras, bem como de outros cidadãos dessa Cidade, que muito contribuíram com o Estado do Paraná. Desta feita, a inclusão desse evento no calendário oficial, de acordo com a justificativa apresentada pelo nobre proponente, proporcionará o congraçamento entre os parana-guaras e os demais paranaenses, por meio de muita cultura, culinária e laços de amizade.

Fundamentação

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância às disposições constantes no Regimento Interno desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada¹.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura², sendo ainda, de incumbência do Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo

modo o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais³.

A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, com a participação de todos os segmentos sociais, visando com a realização dos valores essenciais da pessoa⁴.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do Poder Público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas⁵.

Ressalte-se, ademais, que as datas comemorativas de alta significação, para os distintos segmentos étnicos do País, serão fixadas mediante lei⁶, sendo esta de iniciativa, a *exempli gratia*, de qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa⁷. Ainda, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Observa-se também, que o nobre Deputado não especificou a data em que pretende instituir o Dia de Paranaaguá em Curitiba, fato que ocasiona a imprecisão da presente proposta de lei⁸, contrariando, pois, a Lei Complementar nº 095/98, que disciplina sobre técnica legislativa. Entretanto, o nobre Parlamentar apresentou

1. Art. 33. do Regimento Interno desta Casa de Leis. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...)

2. Art. 24, caput, CF/88 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

3. Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

4. Art. 190, caput, da Constituição do Estado do Paraná.

5. DE MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg. 808.

6. Art. 215, parágrafo 2º, CF/88. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

7. Art. 65, *caput*, da Constituição do Estado do Paraná. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa (...)

substitutivo geral ao projeto de lei ao qual acabou por especificar data em que será comemorado este dia, desta forma não ocorrendo mais óbice algum a referida lei complementar.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da emenda substitutiva geral do autor.

Sala das Comissões, em 23/02/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 362/09

Art. 1º Fica inserido, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Dia de Paranaguá, em Curitiba, a ser comemorado, no segundo sábado do mês de junho, anualmente, pelo Centro Paranaguense Cultural de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(a) MÁRIO ROQUE

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI Nº 362/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Mario Roque, tem por objetivo inserir o dia de Paranaguá em Curitiba, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise.

É de se ressaltar a relevância da matéria ora versada, uma vez que este evento procura valorizar os artistas plásticos do Município de Paranaguá, por meio de exposição de suas obras, facilitando assim a venda destas.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/04/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente

LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

8. Art. 11da Lei Complementar nº 095/98. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, por esse propósito, as seguintes normas: II - para a obtenção de precisão: a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei (...)

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/10, que objetiva dar nova Redação ao parágrafo 1º, do artigo 1º, da Lei nº 14231, de 26/11/03, que define critérios de escolha de diretores e diretores auxiliares da rede estadual básica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. EMENDA DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 052/10, de 19/05/10, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 229/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo tem como escopo alterar o artigo 1º da Lei nº 14231/03, retirando o Colégio Estadual do Paraná das exceções à competência do Poder Executivo para designar Diretores e Diretores Auxiliares.

Fundamentação

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 205, a educação como responsabilidade do Estado e da família:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (grifo nosso)

Também estabelece, em seu artigo 24, a competência concorrente da União, Estados e Municípios para legislar sobre a educação:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. (grifos nossos)

E o que seria legislar de forma suplementar?

Conforme Manoel Gonçalves Ferreira Filho¹, forma suplementar é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é complementar. Assim, a União deve estabelecer normas gerais e os Estados podem legislar de forma suplementar, complementando as normas da União, mas não invadindo sua competência.

Nesse contexto, o Governo Federal elaborou a Lei nº 9.394/96, que versa sobre as diretrizes e bases para a Educação. Tal lei incumbe os Estados de baixar normas no sentido de regular seu sistema de ensino:

1. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Curso de Direito Constitucional, 30ª ed., Saraiva, p. 61.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

O Governo Estadual baixou norma complementar para regular o sistema de ensino, através da Lei nº 4978/64, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino e, em seus artigos 67, 68 e 70, estabelece como competência da Secretaria da Educação e da Cultura a responsabilidade para administrar o Sistema de Ensino Estadual, observando as leis federais e estaduais de ensino:

Art. 67. A Secretaria da Educação e Cultura exercerá as atribuições do Poder Público Estadual em matéria de Educação.

Art. 68. À Secretaria da Educação e Cultura incumbe velar pela observância das leis federais e estaduais de ensino e pelo cumprimento das decisões do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação, competindo-lhe, ainda, organizar, difundir, administrar, orientar e fiscalizar o ensino no Estado de acordo com o que dispõe a presente lei.

Art. 70. Respeitadas as deliberações e determinações do Ministério de Educação e Cultura, do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação, naquilo que for da competência exclusiva desses órgãos, a Secretaria da Educação e Cultura administrará o sistema estadual de ensino, expedindo às autoridades, órgãos, entidades, instituições e estabelecimentos sujeitos à legislação estadual do ensino, as determinações e instruções que se fizerem necessárias para a fiel execução desta lei. (grifos nossos)

Ainda, de acordo com o artigo 66 da Constituição Estadual, são de iniciativa privativa do Poder Executivo as leis que disponham sobre a estruturação e atribuição das Secretarias do Estado:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifos nossos)

Assim verificamos que a competência para normatizar e garantir a aplicação acerca das normas e dos conteúdos referentes à Educação deverá ser exercida pelo Governador do Estado, através da Secretaria da Educação e da Cultura, o que ocorre no caso em tela.

Além disso, a Lei Estadual nº 14231/03, que se almeja seja mudada pelo presente projeto de lei, é de autoria do Poder Executivo. Apenas o poder que detém a competência para criar a lei possui também a competência para alterá-la.

Ainda, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração das leis.

Conclusão

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de legitimidade, legalidade

e constitucionalidade nosso voto é pela sua aprovação, na forma de emenda anexa.

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 229/10

Modifica o parágrafo 1º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 229/10, com a seguinte redação:

Art. 1º...

“§ 1º Excetuam-se da presente lei os estabelecimentos de ensino regidos nos termos dos convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação, os que funcionam em prédios privados, cedidos ou alocados de instituições religiosas e os da Polícia Militar do Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 229/10

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei propõe que seja realizada consulta para designação de diretor e diretores auxiliares no Colégio Estadual do Paraná sendo realizado em até 60 (sessenta) dias após a publicação da presente lei, orientando que o pleito à designação seja realizada a cada 3 (três) anos, no mês de novembro do calendário civil, através do voto por chapa, direto, secreto e facultativo dos membros da Comunidade Escolar. Ainda orienta que o mandato do primeiro diretor e dos diretores auxiliares nomeados, coincidirá com aquele dos diretores e auxiliares de outros colégios e estabelecimentos de ensino da rede estadual de ensino básico e o Secretário de Estado da Educação, mediante resolução, regulamentará o cumprimento desta lei.

Paulo Freire chama a atenção que para tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir este País democraticamente.

A participação não tem o mesmo significado para todos, tratando-se portanto, de uma palavra que tem vários significados. Ela apresenta diferenças significativas quanto à natureza, ao caráter, às finalidades e ao alcance dos processos de participação, o que constituem, eles próprios, processos de aprendizagem e mudanças culturais a serem construídos cotidianamente.

Para que a participação seja realidade, são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição do poder no seu interior.

A Educação, como prática social, constitui um direito social do indivíduo.

Historicamente, muitas lutas foram desenvolvidas buscando garantir esse direito a todos, a partir da expansão e da democratização das oportunidades de escolarização, ou seja, a garantia de escola para todos constitui uma das bandeiras em prol da inclusão social e da efetiva participação da sociedade civil.

No Brasil, várias leis foram aprovadas visando garantir diretrizes e bases para a Educação nacional. Essas leis interferem na lógica organizativa das escolas nos papéis dos diversos atores sociais que constroem o cotidiano escolar.

Nos anos de 1990, mudanças legais ocorreram no âmbito legislativo, destacando-se a aprovação das Diretrizes de Base da Educação Nacional, por meio da Lei nº 9394/96. Estabelece o princípio da gestão democrática, ou seja, a necessidade de que a gestão das escolas se efetive por meio de processos coletivos envolvendo a participação da comunidade local e escolar, onde o partilhamento de descentralização do poder ocorram.

A LDB dispõe que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da Educação na elaboração dos projetos político-pedagógicos da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica o aprendizado e a vivência do exercício de participação e tomadas de decisões. Trata-se de construir coletivamente, não através de decreto, resolução, mas é sobretudo na concepção da gestão escolar e de participação.

A escola é um espaço de contradições e diferenças. Ao desejarmos construir no Colégio Estadual do Paraná, um processo de participação baseado em relações de cooperação, no trabalho coletivo e partilhamento do poder, exercita-se a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, devendo garantir a liberdade de expressão, a de processos de convivência democrática, a serem efetivados no cotidiano, em busca de projetos coletivos.

Voto

Essa mensagem do Poder Executivo propondo as eleições diretas para diretores e diretores auxiliares, implica na opção por um processo educativo, formando cidadãos democráticos e por uma gestão coletiva de compromissos. Devido ao exposto somos pelo voto favorável.

Sala das Comissões, em 22/06/10.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

BETI PAVIN - Relatora

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/10, que dispõe que o vencimento básico da carreira especial de advogado do Poder Executivo Estadual fica reestruturado na forma que especifica. SEM PARECER. (Publ. no DA nº 070/10, de 28/06/10, em Mensagens).

Em discussão. Em votação.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente Deputado Antonio Anibelli, meus colegas, senhores e senhoras. Quero encaminhar favoravelmente a este projeto. Os advogados do Estado do Paraná pertencem a uma carreira importantíssima, inclusive fazem algo diferente dos Procuradores. Hoje, os advogados estão numa situação que eu considero absurda, não só pela questão que estamos votando hoje que é da equiparação salarial aos Procuradores. Além de ser correta, eles é que ficam no dia a dia nas autarquias, nas Secretarias de Estado, realmente, acompanhando o trabalho do dia a dia e auxiliando nos pareceres os Executivos do Paraná. Tem que haver concursos para advogados.

Faltam hoje no Estado do Paraná muitos advogados para trabalharem, estamos suprimindo isso com cargos de confiança, porque os Procuradores se atêm aos processos no Judiciário. É importantíssimo o trabalho deles. Então, quero, não só encaminhar favoravelmente, por uma questão de justiça, porque em 1995 eu fui o Secretário da Administração, e implantei a isonomia salarial entre eles, os Procuradores, mas também fui eu que tive o redutor salarial, eu que acompanhei diversas situações com eles e sei da importância do trabalho que eles fazem.

Então, muito obrigado, meus colegas, e, por favor, votemos, por unanimidade, favoravelmente a esse item 08.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. ELIO RUSCH (DEM) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, da mesma forma que o Deputado Reinhold Stephanes Júnior, com muita propriedade, com muito conhecimento e experiência, porque, na verdade, o Deputado Reinhold já foi Secretário da Administração do Estado e, entende melhor até do que nós a questão da isonomia, e o que se faz através desse projeto é restabelecer a isonomia entre as carreiras jurídicas no Estado do Paraná, ou seja, entre os Procuradores, entre os advogados e também os delegados. Na verdade, temos apenas uma carreira jurídica e os advogados haviam ficado de fora em outras leis, então agora se corrige exatamente essa injustiça. Quero parabenizar o próprio Governador por enviar essa mensagem para cá. E nós, prontamente,

quando recebemos esse projeto, junto com a nossa assessoria, encontramos a melhor forma possível para atender os advogados do Estado do Paraná, a exemplo daquilo que já fizemos em anos anteriores quando era para serem extintas algumas vagas do Quadro de Advogados. Foi através do nosso trabalho que isso não veio a acontecer, e agora, efetivamente, se compara os advogados junto com os Procuradores, junto com os delegados de Polícia, e instala-se efetivamente a isonomia salarial dentro da carreira jurídica no Estado do Paraná.

(Aplausos)

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Quero encaminhar para agradecer, corrigir um termo carinhoso do Deputado Elio Rusch, que disse que até o Governador, não, o Governador, porque é um projeto do Executivo que está aqui, só cabe a ele fazê-lo, e quero ressaltar que esse projeto, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, poderia ter sido adiada a sua votação em razão de estarmos ainda analisando o impacto financeiro. E o Deputado Jocelito Canto estava pedindo vistas de todos os projetos até então votados. E nesse projeto, atendendo solicitação dessa liderança e demais Parlamentares, ele não fez o pedido de vistas para que pudéssemos apresentá-lo nesta Sessão de Plenário em razão de que, até o final deste mês, quando se tratar de aumento salarial, enquadramento de classe, criação de cargos e tudo mais, após isso estaremos impedidos pela lei. Então, o Deputado Romanelli, que fez o parecer na Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Jocelito, os componentes da Comissão de Constituição e Justiça portaram-se exatamente no sentido de agilizar essa votação, para que pudéssemos encerrar até quarta-feira essa regulamentação da carreira de advogados do Estado.

Isso era o que eu queria ressaltar, porque a Assembleia Legislativa, tantas e tantas vezes castigada pela população, precisa enxergar também o trabalho constante e permanente que se faz na reestruturação do Estado do Paraná.

Parabéns à carreira dos advogados.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência agradece o esclarecimento de V. Exa. e concede a palavra ao Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, a minha manifestação é para pedir desculpas à classe de advogados. Ainda quando eu era Líder do Governo foi feito um trabalho considerando a luta deles, que não foi ouvido. Foi um trabalho longo. Eles tiveram a paciência até agora de esperar pela boa vontade do Governo, que acho que veio, embora tarde, em um projeto importante que dá estímulo aos advogados

e encontram em sua carreira um trabalho tão importante no Governo. Parabenizar o Governo, que entendeu o pedido dos advogados. Parabenizar os advogados pela sua luta e paciência.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação o Requerimento nº 2200, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Caíto Quintana, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária de 29/06/10 em Comissão Geral de Plenário, para a votação do Projeto de Lei nº 300/10, que transforma em Comissão Geral, para poderemos votar como Comissão de Finanças este projeto.

Em votação o requerimento.

Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 300/10

P A R E C E R :

O projeto de lei ora em análise, de autoria do Poder Executivo, visa a reestruturação da Carreira Especial de Advogados do Poder Executivo, em complementação às promoções na carreira, já efetuadas recentemente, restando equacionar as defasagens das tabelas de vencimento, a fim de que seja dado mais um passo no objetivo do Estado de reconhecer dignidade profissional, técnica e operacional correspectiva às incumbências e responsabilidades dos advogados da Carreira Especial, que lhes são exigidas pela Constituição e pelas leis, para o exercício de suas atividades.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29/06/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

Assunto: Equiparação Salarial

Interessado: SEAB

1 - O aumento de despesa decorrente a equiparação da carreira dos advogados a carreira de Procuradores de acordo com planilha anexa, é de R\$ 650.000 (seiscentos e cinquenta mil reais) mensais, o que representa 14% de aumento na folha dos advogados, e 0,0009% na despesa de pessoal do Poder Executivo.

2 - Para uma estimativa do Impacto Orçamentário Financeiro para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, está sendo previsto:

2010 - R\$ 4.225.000,00 (considerada implantação a partir de julho)

2011 - R\$ 8.967.725,00

2012 - R\$ 9.416.111,00

Curitiba, em 29/06/10.

(a) MARIA MARTA RENNER WEBER LUNARDON
Secretária de Estado da Administração e Previdência

Em virtude da aprovação do requerimento, designo o Deputado Romanelli para que faça o seu parecer pela Comissão de Finanças. Já que pela Comissão de Justiça, conforme o Deputado Caíto Quintana, foi aprovado na Sessão de hoje. V. Exa. tem a palavra para o parecer.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Agradeço a designação, tendo em vista que como relator, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, pedi um voto de confiança e obtive por parte do Deputado Jocelito e os demais integrantes daquela comissão permanente.

Estamos aqui com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, previsto nos termos da Lei Complementar nº 101. Esse assunto trata de uma equiparação salarial, e diz a Secretaria de Estado da Administração e Previdência, que é o órgão responsável por informar esta despesa. O aumento de despesa decorrente à equiparação da carreira dos advogados e de Procuradores, de acordo com planilha anexa, é de R\$ 650 mil mensais, o que representa 14% de aumento na folha dos advogados e nove milésimos percentuais na despesa de pessoal do Poder Executivo. Para uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício de 2010, 2011 e 2012 está sendo previsto: 2010, considerada a implantação a partir de julho, R\$ 4 milhões e 225 mil; 2011, R\$ 8 milhões 967 mil e 725; 2012, R\$ 9 milhões 416 mil e 111. Assina a Secretária Maria Marta, Secretária de Estado da Administração e Previdência. Constante no cumprimento, no disposto da legislação vigente, o nosso parecer é favorável à que se possa aprovar o presente projeto de lei, que beneficia de forma muito específica a carreira especial de advogados do Poder Executivo Estadual.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação o parecer do Deputado Romanelli, pela Comissão de Finanças.

Aprovado o parecer.

Em votação o Projeto nº 300/10, que dispõe sobre o vencimento básico da carreira especial de advogado do Poder Executivo Estadual.

Aprovado.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2209 e 2210, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2220 a 2226, 2248 e 2249, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2227, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2228, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2229 a 2232, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2234, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2235, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2236 a 2238 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2241, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Caíto Quintana, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 291/10.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 249 e 290/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 300 e 229/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/08.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 737/07 e 268/10.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 362/09 e 229/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 201 e 273/10.

Levanta-se a Sessão.

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelo Sr. Deputado Duílio Genari e pela Sra. Deputada Beti Pavin.

Presenças:

Às dezesseis horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, e Wilson Quinteiro (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Enio Verri, Fábio Camargo e Waldyr Pugliesi (07).

Ausentes com justificativa o Sr. Deputado Artagão Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29/06/10.

(a) BETI PAVIN

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 304/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º o produto da arrecadação do Estado do Paraná em relação ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, pelas autarquias e fundações estaduais de ensino superior, será considerado receita própria e destinado, exclusivamente, para investimentos de capital, para a extensão e para a pesquisa na própria instituição tributada.

Art. 2º A arrecadação prevista no artigo 1º desta lei, em conformidade com o artigo 157, inciso I da Constituição Federal, será considerado recurso adicional, não podendo ser utilizado em outras fontes que não as previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação gerando efeitos fiscais e orçamentários no exercício imediatamente subsequente.

Sala das Sessões, em 29/06/10.
(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 291/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/10, que dispõe que a carreira do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, de que trata a Lei nº 15171/06, passa a denominar-se carreira técnica de extensão rural, sendo extinta ao vagar. **Aprovada. (Publ. no DA nº 067/10, de 22/06/10, em Mensagens).**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/10, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera o Anexo III da Lei nº 16390 de 2010 e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/10, que fica instituído o Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, em carreira única, denominada carreira técnica de extensão rural e em cargo único, denominado de agente de assistência técnica e extensão rural. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE

PLENÁRIO, COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/10, que dispõe que o vencimento básico da carreira especial de advogado do Poder Executivo Estadual fica reestruturado na forma que especifica. COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/10, que objetiva dar nova redação ao parágrafo 1º, do artigo 1º, da Lei nº 14231, de 26/11/03, que define critérios de escolha de diretores e diretoras auxiliares da rede estadual de educação básica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que altera o *caput* do artigo 71, da Lei nº 4978, de 06/12/69, alterado pelas Leis nºs 11032, de 29/12/94 e 12904, de 31/07/00 e o parágrafo 1º do mesmo artigo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **(Publ. no DA nº 140/08, de 24/11/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 513/08

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 513/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, tem por escopo alterar a redação do *caput* e o parágrafo 1º da Lei nº 4978, de 05/12/69, a fim de alterar a composição do Conselho Estadual de Educação, ampliando o número de seus membros e incluindo representantes da União Paranaense de Estudantes - UPE, União Paranaense de Estudantes Secundaristas - UPES e do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná.

O Conselho Estadual de Educação, será constituído por 21 (vinte e um) membros, nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 6 (seis) anos, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notável saber experiência de educação.

Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional e legal.

Cabe primeiramente observarmos a competência para a propositura do projeto de lei.

A Constituição do Estado do Paraná no artigo 53, inciso X, assevera que cabe a qualquer membro da Assembleia Legislativa, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado no que dispõe sobre as atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública Estadual.

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre as matérias de competência do Estado, especificamente:

X - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de estado e órgãos da administração pública.

Assim, o nobre Deputado possui competência para iniciar projeto de lei sobre as atribuições da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, não ferindo os princípios constitucionais.

É indispensável à análise no aspecto de legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, onde assevera que quaisquer membros da Assembleia Legislativa, detêm de iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão. (grifo nosso)

Assim, o nobre Parlamentar possui competência para propositura do presente projeto de lei, onde objetiva normatizar e garantir aplicação das matérias decorrentes do Conselho Estadual de Educação, sendo observados os princípios de autonomia e representatividade.

Nesta esfera, assevera o artigo 228 da Constituição Estadual, *in loco*.

Art. 228. O Conselho Estadual de Educação, órgão deliberativo, normativo e consultivo, será regulamentado por lei, garantidos os princípios de autonomia e representatividade na sua composição.

Neste sentido, a Lei nº 4978 de 1969, regulamenta as atividades do Conselho Estadual de Educação, definido no artigo 73, as funções de conselheiros e suas prerrogativas.

Art. 73. As funções de conselheiros são consideradas de relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre o que quaisquer cargos públicos esta-

duais de que sejam titulares ou conselheiros. Estes terão direito a transporte, quando convocados para as Sessões do Conselho ou das Câmaras, e à diária, ou jeton de presença, a serem fixados pelo Secretário de Educação e Cultura.

O Decreto nº 1396/07, inclui dentre a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Educação, o Conselho Estadual de Educação.

Art. 4º A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Educação compreende:

I - Nível de Direção Superior

a) Secretário de Estado da Educação;

b) Conselho Estadual de Educação - CEE.

Compete a Secretaria de Educação, velar pela observância desta lei, nos termos do artigo 67, 68 e 70, da Lei nº 7978/64;

Art. 67. A Secretaria de Educação e Cultura exercerá as atribuições do Poder Público Estadual em matéria de educação.

Art. 68. À Secretaria da Educação e Cultura inclui velar pela observância das leis federais e estaduais de ensino e pelo cumprimento das decisões do Conselho Federal de Educação, competindo-lhe, ainda, organizar, difundir, administrar, orientar e fiscalizar o ensino no Estado de acordo com o que o dispõe a presente lei.

Art. 70. Respeitadas as deliberações e determinações do Ministério de Educação e Cultura, do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação, naquilo que for da competência exclusiva desses órgãos, a Secretaria de Educação e Cultura administrará o sistema exclusivo desses órgãos, a Secretaria de Educação e Cultura administrará o sistema estadual de ensino, expedindo às autoridades, órgãos, entidades, instituições e estabelecimentos sujeitos à legislação estadual do ensino, as determinações e instruções que se fizerem necessárias para a fiel execução desta lei.

Desta forma, o Poder Legislativo possui competência para legislar sobre a matéria do presente projeto.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 513/08

Relatório

O Projeto de Lei nº 513 do Deputado Péricles de Mello, tem a finalidade de alterar a composição do Conselho Estadual de Educação, ampliando o número de seus membros para 21 componentes, 01 (um) da União Paranaense de Estudantes - UPE, 01 (um) representante da

União Paranaense de Estudantes Secundaristas - UPES e 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná.

O projeto ora apreciado respeita o que está contido na Constituição Estadual, no seu artigo 228, garantindo os princípios de autonomia e representatividade na composição do Conselho Estadual de Educação.

Desta forma ao propor a inclusão dei 3 (três) segmentos da educação, que são vitais no sistema educacional paranaense e sem eles a representatividade seria fragilizada.

Voto

Em prol do respeito ao princípio da participação e da democracia, declaramos nosso voto favorável.

Sala das Comissões, em 08/12/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

TERUO KATO - Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Eu solicito, Sr. Presidente, visto que este projeto entrou agora de que ele seja retirado por uma Sessão, retornando na segunda-feira, até porque amanhã o Deputado Péricles não estará aqui para poder defender e este projeto não traz embaraço nenhum com o problema de legislação eleitoral, apenas para que possamos avaliar o projeto e voltamos a votar na segunda.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Só para concordar com o pedido do Deputado Caíto.

Na verdade este projeto estamos alterando a composição do Conselho Estadual de Educação, um projeto muito importante, nós estamos colocando representação dos estudantes no Conselho Estadual de Educação, tanto os estudantes secundaristas, como de nível superior.

Mas, entendo a preocupação do Deputado Caíto e segunda-feira votaremos o projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em virtude do entendimento, está **retirado**.

Alertamos os Srs. Deputados que teremos uma Sessão logo após o encerramento da presente. Antes, porém, para termos a próxima Sessão temos que aprovar - estamos apresentando um Requerimento nº 2250, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, pedindo a dispensa de redação final dos projetos que não sofreram emendas no curso de tramitação.

Em votação. **Aprovado**.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

É só para cumprimentar V. Exa. pela maneira firme como preside a Sessão e cumprimentar a direção do

EMATER, técnicos, funcionários e funcionárias, porque muitos gostariam de estar hoje aqui na Assembleia Legislativa, mas em função do trabalho em todo o interior do Paraná, alguns em Cidades distantes, então veio uma parte dos técnicos e funcionários e creditar então a direção e a esses valorosos técnicos e funcionários esta grande vitória, a perseverança de estarem aqui firmes, presentes, acho que contribuiu muito, eu diria 100% para que se alcançasse esta grande vitória com a aprovação desse projeto, beneficiando os técnicos e funcionários do EMATER. Parabéns aos que aqui vieram e a homenagem aos que não puderam comparecer em função do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta é a homenagem que a Assembleia e todos os Srs. Deputados prestam a estes bravos defensores da população e da nossa grande agricultura, exemplo para todo o Brasil.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Pela Ordem)

Somente para me somar ao seu pronunciamento agora, dizer que realmente nós também gostaríamos de parabenizar a todos os companheiros e companheiras do EMATER, já na época também votamos contra a autarquização e acho que esta é uma forma de corrigir algumas injustiças que foram feitas.

Então, parabéns a todos os nossos servidores, a todos os funcionários do EMATER, assim também como os estudantes do Colégio Estadual que estão aqui, os nossos parabéns pela luta e pelos advogados que também estão aqui, muito justo o projeto votado hoje. Também reconhece todo trabalho dos advogados do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Parabéns à nossa Oposição e à nossa Liderança do Governo pelo atendimento.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 290 e 249/10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/09.

Levanta-se a Sessão.

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 005ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE JUNHO DE 2010**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelo Sr. Deputado Duílio Genari e pela Sra. Deputada Beti Pavin.

Presenças:

Às dezesseis horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, e Wilson Quinteiro (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Valdir Rossoni, Aedmar Traiano, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Enio Verri, Fábio Camargo e Waldyr Pugliesi (07).

Ausentes com justificativa o Sr. Deputado Artagão Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Não há Expediente a ser lido, e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, e nem no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 290/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/10, fica instituído o Quadro Próprio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, em carreira única, denominada carreira técnica de extensão rural e em cargo único, denominado de agente de assistência técnica e extensão rural. **Aprovada. (Publ. no DA nº 067/10, de 21/06/10 em Mensagens)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 249/10, de autoria do Deputado Durval Amaral, que altera o Anexo III da Lei nº 16390 de 2010 e dá outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 249/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Anexo III, da Lei nº 16390/10, passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

Nível	Limite da verba de representação
Nível Básico	40% (quarenta por cento) do vencimento básico

Nível	Limite da verba de representação
Nível Médio	60% (sessenta por cento) do vencimento básico
Nível Superior	80% (oitenta por cento) do vencimento básico
Comissionados	100% (cem por cento) do vencimento básico

Art. 2º Ato da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná regulamentará o disposto no artigo 1º, nos casos ainda omissos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que insere, no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Dia de Parana-guá em Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Aprovado a emenda.**

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

